



28  
anos

IMPAR  
seguros

2019

RELATÓRIO  
E CONTAS

## Índice

01 – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	3
01.01 Mensagem do Conselho de Administração .....	4
01.02 Governação da Sociedade.....	6
Estrutura e modelo de governo .....	6
Órgãos Sociais.....	10
Código de conduta .....	12
Política de remunerações.....	12
01.03 Enquadramento da atividade.....	13
ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO .....	13
Mercado de Seguros em Cabo Verde .....	21
01.04 Actividade Seguradora da ÍMPAR .....	22
IV – Exploração Industrial .....	24
Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno.....	26
Gestão de Ativos .....	27
Custos e Gastos por Natureza a Imputar .....	28
Recursos Humanos e Formação .....	28
Capital Próprio e Margem de Solvência.....	30
01.05 Perspetivas para 2020 .....	30
01.06 Proposta de aplicação de resultados .....	31
01.07 Nota Final .....	31
02 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	34
03 – ANEXO ÀS CONTAS .....	40
04 – PARECER DO ATUÁRIO .....	108
05 – RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO .....	110
06 – RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	112



## 01 – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## 01.01 Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2019 ficou marcado pela, já consolidada, boa performance do negócio segurador.

No terceiro ano de actividade da aliança estratégica entre a IMPAR e o BCN, a posição da Companhia no mercado continua robusta e uma vez mais ficou demonstrada a sua solidez financeira e capacidade para perseguir oportunidades que reforcem o posicionamento competitivo e se tornem uma plataforma para o crescimento futuro.

Continuando a contar com uma produção acima de um milhão de contos, em 2019, a Companhia e as suas soluções de protecção continuaram a merecer a confiança dos clientes, materializando-se num aumento de 3,5% dos prémios.

O ano de 2019 ficou marcado pela não renovação do negócio de fronting com a AIG que representou uma quebra no volume de prémios de 71 mil contos.

Nesta base, ao longo de 2019, o Conselho de Administração decidiu dar continuidade à estratégia de distribuição, com a junção dos serviços da banca e seguros em alguns concelhos do País, que permitiu assegurar os níveis de eficiência operacional, bem como uma estabilização e redução de custos nos próximos anos. O impacto desta descontinuação de plataformas de distribuição irá traduzir-se em importantes ganhos sinérgicos.

É convicção do Conselho de Administração que a decisão de alteração da política de distribuição da Companhia é criadora de valor para os Acionistas, aporta garantias de eficiência de gestão das operações e permite o foco no desenvolvimento de negócio onde a Banca já demonstrou as suas capacidades e identifica potencial de resultados no futuro.

Atuando num contexto desafiante, esta performance é demonstrativa da qualidade do mix de negócio estratégico, focado na protecção de riscos de acidentes e habitação, e da eficiência operacional e qualidade nos serviços internos e externos, que permitem rápidas adaptações e respostas num ambiente em constante mutação.



Como empresa de interesse público, entendemos que temos responsabilidades com diversos stakeholders, incluindo Acionistas, Clientes, Colaboradores, Estado, Reguladores e com a Comunidade onde desenvolvemos a nossa atividade. O nosso compromisso para com todas as partes interessadas está diretamente incutido na nossa cultura enquanto empresa e suporta o nosso modo de atuação, com elevada ênfase na transparência, ética e integridade.

A IMPAR continua empenhada no nosso programa de responsabilidade social, em vigor desde a criação da Companhia e mais uma vez suportaram várias ações de apoio a instituições de cariz, cultural, social e desportivo.

Como empregador criamos uma cultura de apoio e colaboração a todos os profissionais (com formação e experiência diversificadas), onde todos podem contribuir com as suas melhores ideias. Este ambiente ajuda-nos a atrair e reter talento, e proporcionando igualmente o desenvolvimento das capacidades dos nossos colaboradores.

Confirmando a adequação das políticas de recursos humanos definidas pela Companhia, após em 2016, ter integrado o BCN no Grupo, somos neste momento reconhecidos como uma das melhores Empresas para Trabalhar em Cabo Verde.

Como as nossas ações em 2019 demonstram, mantemo-nos dedicados em reforçar a solidez financeira e a forte determinação no nosso compromisso de criação de valor para os Acionistas.

Um dos grandes desafios para 2020 será a prossecução da necessária evolução do plano tecnológico e modelo operativo motivando a necessidade de reequacionar a estratégia de sistemas de informação. Esta situação surge na sequência da identificação da necessidade de desenvolvimento de capacidades e funcionalidades, adicionais à realidade actual, que se tornaram relevantes para continuar a garantir a eficácia e eficiência e time-to-market da sistemática comercial.

Desejamos agradecer a todos os que contribuíram para a obtenção dos resultados agora apresentados e estamos entusiasmados para reportar os nossos sucessos futuros.

## 01.02 Governação da Sociedade

### Estrutura e modelo de governo

O sistema de governação da Companhia é composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, com responsabilidades devidamente definidas e segregadas e um sistema eficaz de transmissão de informação. Este sistema de governação, proporcional à natureza, dimensão e complexidade das atividades e dos riscos da Companhia, tem como objetivo promover uma gestão sã e prudente da atividade, assegurando uma adequada gestão de capital e garantindo um nível de excelência no serviço prestado aos clientes, bem como na relação com os diversos stakeholders.

Na base deste sistema estão princípios como a transparência, a integridade, a responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado. Os Acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou de qualquer Acionista titular de mais de 5% do capital da Sociedade.

A Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, pelo menos uma vez por ano, no prazo de três meses a contar da data de encerramento do exercício e tem como principais competências deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício anterior, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração da Companhia e proceder às eleições que legal e estatutariamente lhe sejam atribuídas ou aquelas que eventualmente se tornem necessárias.

A administração de todos os negócios e interesses da Companhia é assegurada por um Conselho de Administração composto por cinco Administradores, entre os quais um Administrador Delegado com a responsabilidade pela gestão corrente da Companhia. O mandato dos membros que o constituem é de quatro anos e reúne bimensalmente e sempre que o interesse da Companhia o exija.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

Sem prejuízo do ponto anterior, existem matérias que requerem a aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores em funções (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: aprovação do plano estratégico, plano de negócios e orçamento anual; concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de joint venture, aliança estratégica ou operações similares.

A fiscalização da Companhia compete a um Fiscal Único e um suplente, eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes.

Compete-lhe verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

O Auditor Externo é designado pelo Conselho de Administração e validado em Assembleia Geral. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem a responsabilidade de conferir se todas as contas estão em conformidade com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pelo Supervisor, emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, um relatório de certificação das mesmas, documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade.

Os Directores Coordenadores apresentados no organograma funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre o Administrador Delegado e o processo de tomada de decisão nas duas Regiões do País (Barlavento e Sotavento).

Para além dos Coordenadores, existe o Comité de Apoio à Gestão, órgão consultivo ao qual compete analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Administrador Delegado. O Comité é constituído pelo Administrador Delegado da Companhia e todas as chefias intermédias. As suas principais responsabilidades são:

**Questões Técnicas:** Analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e pricing, à análise técnica dos processos de subscrição e gestão de sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do Business Plan;

**Questões de Risco:** Avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância estabelecidos, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e à verificação do cumprimento;

**Questões Comerciais:** Analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no Business Plan da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o Business Plan para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;

**Questões de Auditoria e Financeiras:** Analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;

**Questões de IT e Operações:** Analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos

operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comités.

Na sua gestão regular, para além do Administrador Delegado e dos Directores Coordenadores, a estrutura da Companhia integra ainda uma área de Secretariado e seis Direções e 3 Gabinetes, nomeadamente:

- Direção Técnica e Resseguro;
- Direção Financeira;
- Direção Comercial e do Pós-Venda;
- Direção de Informática;
- Direção de Regulação de Sinistros;
- Direção Jurídica;
- Gabinete de Controlo Actuarial e Controlo Interno;
- Gabinete dos Recursos Humanos;
- Gabinete Administrativo e Património;

O processo de decisão contempla o Comité de Apoio à Gestão acima referido, que reúne com uma periodicidade trimestral.

Assim, os Directores de cada uma das seis Direções, em conjunto com o Administrador Delegado, constituem as pessoas que dirigem efetivamente a Companhia.

No cumprimento das Normas Regulamentares emitidas pela Autoridade de Supervisão, a Companhia procedeu ao registo, junto desta entidade, das pessoas que dirigem efetivamente a empresa e a fiscalizam.

Assim, com referência à estrutura organizacional da Companhia, temos os seguintes elementos:

- António Raposo Correia – Administrador Delegado, pessoa que dirige efetivamente a empresa;

- João Rodrigues Dias - diretor de topo (Direção Coordenação Norte e Director Técnico e de Resseguro), responsável pela função-chave de gestão técnica e responsável interno pela função-chave de Resseguro;
- Ana Oliveira Lima - diretora de topo (Direção Coordenação Sul e Directora de Regulação de sinistros), responsável pela função-chave de gestão de sinistros;
- Itaulina Gomes Pio - diretora de topo (Direção Financeira), responsável pela função-chave de gestão financeira;
- Nuno Abel Higgs - diretor de topo (Direção de Informática), responsável pela função-chave de IT;
- Kamila Monteiro Jr - diretora de topo (Direção Comercial e do Pós-Venda), responsável pela função-chave Comercial e responsável interno pela função-chave do Pós-Venda;

## Órgãos Sociais

### Assembleia Geral

Augusto Vasconcelos Lopes

Presidente

Alfredo Barbosa Fernandes

Vice-presidente

Francisco Figueiredo Silva

Primeiro Secretário

José Paulino Modesto

Segundo Secretário

### **Conselho de Administração**

Luis Vasconcelos Lopes

Presidente

Paulo de Oliveira Lima

Vice-Presidente

António Raposo Correia

Administrador Delegado

Joaquim Alberto Vieira Coimbra

Sandra Almiro Coimbra

### **Fiscal Único**

António Pedro Silva

Carlos Fonseca Monteiro

Suplente



## **Auditores Externos**

PWC – Price water house & Coopers Cabo Verde representada por Armando José Carvalho Ferreira Rodrigues.

## **Código de conduta**

A Companhia dispõe de um código de conduta no qual se encontram espelhados os valores os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores. O código baseia-se em valores de transparência, honestidade, respeito, responsabilidade e na procura pela excelência na relação com clientes parceiros fornecedores e restantes stakeholders.

Os princípios éticos gerais pelos quais a Companhia se rege, e que constituem os pilares fundamentais nos quais assenta a atividade, encontram-se definidos no código de conduta.

## **Política de remunerações**

As políticas de remuneração têm como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados, que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Tanto a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade, bem como a política de remunerações dos colaboradores estão na sua globalidade em linha com os princípios previstos nos normativos existentes, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Transparência, Simplicidade e clareza, alinhados com a cultura da Sociedade;

- Não discriminação e igualdade de oportunidades;
- Mitigação e prevenção de riscos laborais;
- Políticas de responsabilidade social e ambiental;
- Direitos laborais.

O código de conduta da Companhia é disponibilizado a cada novo colaborador, assegurando o entendimento dos diversos princípios e artigos que o compõem.

- Sustentado numa eficaz gestão de risco e controlo rigoroso para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, salvaguardando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e dos seus colaboradores com os interesses dos seus clientes e investidores;
- Equiparação e competitividade com as práticas do mercado, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Em linha com as melhores práticas e tendências recentes no setor financeiro a nível nacional, com o objetivo de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos;
- Apuramento de prémio de produtividade baseado na avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade e da indústria seguradora nacional;

### **01.03 Enquadramento da atividade**

#### **ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO**

##### **Conjuntura Internacional**

##### **Evolução da economia mundial**

O ano de 2019 foi marcado por uma desaceleração do crescimento económico mundial, crescimento de 2,4% (3% no ano anterior), influenciado particularmente pela pouca dinâmica no comércio global e pela redução do investimento, tendo essa desaceleração afetado quer as economias avançadas, particularmente as da Zona Euro e quer as economias emergentes e em vias de desenvolvimento (EMDEs).

Efetivamente, em 2019, constatou-se uma contração significativa do comércio de bens e da produção industrial, particularmente influenciada pela guerra comercial entre os EUA e a China, com a adoção de medidas protecionistas, o que provocou incerteza e enfraqueceu o comércio internacional, a confiança e o investimento. As estimativas do Banco Mundial, apontam para um decréscimo do comércio mundial de 2.6 p.p. passando de 4% em 2018 para 1,4% em 2019. Os denominados países emergentes e em desenvolvimento (EMDEs) continuam a apresentar um fraco nível de investimento agravado pelas tensões comerciais, elevados níveis de endividamento e outros problemas estruturais que desencorajam o clima de negócio e o investimento.

Para as economias avançadas, o Banco Mundial estima um crescimento de 1,6% em 2019 (2,2% em 2018), motivada por uma desaceleração quer nos Estados Unidos da América (EUA) e quer nos países da Zona Euro, não obstante a ligeira retoma da economia Japonesa.

Os EUA, a maior economia mundial, registou um crescimento de 2,3%, (2,9% em 2018) uma desaceleração motivada pela política comercial adotada pelos EUA, de aumento das tarifas aduaneiras, provocado um abrandamento do investimento e das exportações, em consequência da redução da confiança dos investidores, não obstante os progressos nas negociações comerciais com a China registados em finais do ano.

Não obstante esses constrangimentos, o mercado laboral continuou robusto tendo registado uma redução da taxa de desemprego e um aumento do nível salarial com reflexo a nível do consumo.

A nível da inflação o país continuou a registar uma taxa inferior à meta o que aliado às preocupações sobre a perspetiva de evolução da economia mundial fez com que a Reserva Federal reduzisse a taxa de juros em 75 pontos base desde meados de 2019.

Na Zona Euro a atividade económica deteriorou significativamente com várias economias a apresentarem, ao longo do ano, sinais de recessão, com destaque para a fraqueza no sector industrial alemão motivado pela redução da procura de países asiáticos e interrupções na produção automóvel associado ao ajustamento da indústria automobilística às novas normas de emissão de CO<sub>2</sub>. O crescimento da Zona Euro continuou a ser influenciado pelas incertezas à volta do Brexit e pelas tensões comerciais e tecnológicas entre os EUA e a China. Assim, estimativas do Banco Mundial apontam para um crescimento na ordem dos 1,1% (1,9% em 2018), não obstante o contínuo estímulo monetário do BCE que manteve as taxas de juro negativas e ofereceu créditos baratos aos Bancos.

A economia Chinesa desacelerou em 2019 devido à redução da procura interna e ao aumento das tensões comerciais com os EUA, tendo registado uma taxa de crescimento de 6,1% (6,6% em 2018). A incerteza na política comercial e o aumento das tarifas aduaneiras no comércio com os EUA influenciaram negativamente os investidores durante, praticamente, todo o ano de 2019, com o crescimento da produção industrial a atingir mínimos históricos. Os fluxos comerciais enfraqueceram significativamente com as importações, principalmente de bens intermédios a caírem mais do que as exportações refletindo, parcialmente, a contração na procura interna.

Com vista a introduzir estímulos, a política monetária tornou-se mais acomodatória e o governo intensificou algumas medidas fiscais, incluindo a redução de impostos e o apoio aos governos locais para realização de investimento público.

A economia do Reino Unido, ainda afetada pelas incertezas à volta do Brexit, agravado com uma possível saída sem acordo com a Comissão Europeia, com reflexo a nível da confiança dos agentes económicos, continua a apresentar um fraco desempenho económico, crescimento de apenas 0,7%, agravado com o aumento dos custos comerciais, não obstante os estímulos orçamentais. A nível do mercado

de emprego estima-se uma taxa de 3,8% e um aumento dos salários o que provocou pressão a nível da taxa de inflação que se fixou nos 1,8%.

Para o Japão, o Banco Mundial estima um crescimento de 1,1% em 2019 (0,8% em 2018), um ligeiro acréscimo não obstante os impactos negativos de fenómenos naturais e o aumento do imposto sobre o valor acrescentado (IVA). À semelhança dos demais países quer a atividade industrial, quer as exportações, apresentaram uma baixa dinâmica de crescimento, particularmente influenciada pela China, com o governo a continuar a introduzir estímulos. A taxa de desemprego permaneceu baixa e registou-se um aumento do rendimento per capita.

O Banco Mundial estima um crescimento das denominadas Economias dos Mercados Emergentes e Países em Desenvolvimento (EMDEs) de 3,5% em 2019 (4,3% em 2018). Os EMDE continuaram a experimentar uma fraqueza substancial, que se espalhou para países que, até recentemente, demonstravam resiliência. A produção industrial, os fluxos comerciais e os investimentos desaceleraram acentuadamente. Embora a atividade de serviços tenha sido consideravelmente mais resistente do que a da manufatura, ela também foi moderada. O abrandamento no ritmo de crescimento verificou-se quer nos países exportadores e quer nos países importadores de commodities.

O grupo de países, denominado, LICs (Low Income Countries), também registou um abrandamento da procura externa, influenciado pelos preços mais baixos das commodities, instabilidade política e devastação por fenómenos climáticos. Na República Democrática do Congo, a queda dos preços dos metais sufocou a atividade de mineração, enquanto o surto de Ébola na região nordeste, afetada por conflitos, persistiu. O crescimento económico moderado em Moçambique refletiu danos generalizados causados por dois ciclones tropicais e a produção de carvão mais fraca do que o esperado.

Para a economia portuguesa o Banco de Portugal (BdP) estima um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 2,0% (2,4% em 2018), refletindo um enquadramento externo menos favorável, o que provocou o abrandamento das exportações e da indústria, não obstante a manutenção do dinamismo da procura interna. Não

obstante essa redução, as exportações, principalmente o sector do turismo, continuam a sustentar o crescimento da economia portuguesa que por arrastamento também afeta, positivamente, as demais componentes, designadamente, o investimento privado e o investimento público, num cenário de manutenção do peso do consumo privado, com a taxa de desemprego a manter a sua trajetória descendente. A existência de alguns fatores idiossincráticos contribuiu para a redução da inflação para um valor particularmente baixo (0,3%).

A nível do continente africano, o crescimento económico varia de região para região tendo as economias sido afetadas por questões de vária ordem como insegurança, conflito e a segurança alimentar. Desastres naturais relacionados com extremos climáticos que vai de inundações a secas prolongadas continuam a ser um risco para muitas das economias africanas dependentes da produção agrícola. A par desses fenómenos, as crises de saúde continuaram a constituir preocupações e entraves ao crescimento dessas economias, agravado pelos desafios estruturais ligados à baixa produtividade e por uma incapacidade de criar empregos qualificados.

### Comércio Global

O crescimento do comércio global de bens e serviços diminuiu acentuadamente de 4% em 2018 para 1,4% em 2019, um ritmo de crescimento marcadamente mais fraco desde a crise financeira global, em consequência da desaceleração no setor industrial, especificamente, nas economias avançadas e EMDEs, como a China e o resto do leste da Ásia.

Efetivamente, o enfraquecimento da procura na Europa e na Ásia, em particular de automóveis e produtos de tecnologia e a desaceleração do crescimento dos investimentos contribuíram para este comportamento menos favorável do comércio mundial que ficou agravado com as medidas protecionistas que os países do G20 têm vindo a adotar desde 2018 com reflexo a nível dos fluxos comerciais e no comércio global de mercadorias.

As tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China aumentaram durante a maior parte de 2019, com ambos os países a aumentarem as tarifas alfandegárias de

bens e mercadorias. Essas tensões, e o consequente aumento da incerteza política, resultaram em perdas agregadas consideráveis para o comércio mundial, agravado com atritos comerciais em outros lugares, inclusive entre os Estados Unidos e alguns de seus outros parceiros comerciais, como a União Europeia (UE), bem como entre o Japão e a República da Coreia.

A nível do comércio das commodities constatou-se uma queda refletindo, principalmente, a deterioração das perspectivas de crescimento especialmente para os países denominados de EMDEs, que tendem a ter uma maior elasticidade da demanda por commodities.

O preço do petróleo atingiu uma média de US \$ 61 / bbl em 2019, uma queda de 10% em relação a 2018. Os preços da maioria dos metais básicos também reduziram, refletindo, principalmente, o fraco crescimento global e as tensões comerciais. A nível dos produtos agrícolas, também se registou um aumento com o food price index da FAO a conhecer um aumento de 1,8%, pressionado pela forte procura global, num contexto de moderação da oferta de produtos lácteos, açúcar e óleos vegetais.

### **Mercados Financeiros**

As condições de financiamento global diminuíram consideravelmente em 2019. O rendimento dos títulos nas economias avançadas caiu para níveis sem precedentes, apesar da recuperação no final do ano com a melhoria do nível de confiança do mercado. Os principais bancos centrais, principalmente o FED e o BCE, adotaram políticas monetárias menos restritivas, de forma a fazerem face ao abrandamento do crescimento da economia global e à inflação persistentemente baixa, com as taxas de juro Euribor a manterem-se negativas. Ainda a nível financeiro, é de se referir o risco de instabilidade nos mercados financeiros globais, em resultado de (1) um aumento súbito da aversão ao risco associado a desenvolvimentos, mais fracos do que o esperado em economias avançadas ou emergentes; e (2) à persistência do risco de agravamento das tensões geopolíticas, em particular no Médio Oriente e, especialmente, entre os Estados Unidos e o Irão.



Apesar do fraco investimento global, a dívida corporativa aumentou em muitos países, com um crescimento particularmente rápido em algumas categorias mais arriscadas, como empréstimos a empresas altamente alavancadas nos Estados Unidos e na Área do Euro.

No geral, nas denominadas EMDEs registou-se uma redução geral nos custos de empréstimos e as emissões de dívida soberana aumentaram. Porém, os EMDEs com baixas classificações de rating não beneficiaram do declínio global nos custos de empréstimos. Os investidores foram particularmente cautelosos em relação aos mercados de ações em EMDEs mais arriscadas, que experimentaram saídas significativas de portfólio durante o período de tensões comerciais mais elevadas.

O investimento direto estrangeiro (IED) continuou sua tendência de queda, devido à incerteza da política global sendo particularmente pronunciado nos EMDEs que sofreram pressões financeiras anteriormente. Por outro lado, as remessas para os EMDEs continuaram a crescer e ultrapassaram recentemente o IDE.

O Euro, moeda à qual o escudo caboverdeano está indexado, depreciou-se 1,7% em termos efetivos nominais e 2,4% face ao dólar dos EUA em 2019.

### Conjuntura Nacional

Para a economia cabo-verdiana, o Banco de Cabo Verde estima uma taxa de crescimento de 5,2% (5,1% em 2018), tendo para essa melhoria de performance contribuído, do lado da procura, a dinâmica quer do consumo privado, quer os gastos do governo, bem como as exportações líquidas. Do lado da oferta, o crescimento foi suportado pelos desempenhos positivos da administração pública, do comércio, da indústria transformadora, da construção e da agricultura.

Fonte: Banco de Cabo Verde, Indicadores Económico e Financeiros, janeiro 2020

A taxa de variação homóloga da inflação subjacente, que expurga a tendência dos preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados, situou-se em 1,1%, aumentando 0,9 p.p. face a dezembro de 2018. Tal comportamento reflete, por um lado, alguma intensificação de pressões da procura e, por outro, que a inflação

global continua determinada pela evolução das componentes mais voláteis do índice de preços no consumidor.

A nível das contas externas, dados preliminares do BCV, apontam para uma melhoria, em consequência da redução do défice da balança corrente, e do aumento de influxos líquidos de financiamento da economia. A boa performance da balança corrente ficou a dever-se, sobretudo, à redução do défice comercial com o aumento das exportações de serviços e estabilização das importações de bens e ainda ao aumento das remessas dos emigrantes e donativos, com impacto a nível do stock acumulado das reservas que a 31 de dezembro de 2019 permitia cobrir 6,9 meses das importações de bens e serviços estimadas.

No que concerne à situação monetária e financeira, constata-se um aumento do agregado M2 em cerca de 5,2%. A posição externa dos bancos deteriorou-se em 2.654 milhões de escudos e o crédito líquido ao sector público administrativo conheceu uma redução na ordem dos 23,5%. Em 2019 registou-se uma redução da exposição dos bancos face ao Estado, na sequência da liquidação do stock de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Com vista à melhoria da eficácia do mecanismo de transmissão monetária, o Banco de Cabo Verde procedeu à alteração, em meados de 2019, da estrutura das suas taxas de referência, reduzindo a taxa das Facilidades Permanentes de Cedência de liquidez (FPC) em cerca de 150 pontos base, passando de 4,5% para 3,0% e indexando a taxa das Facilidades Permanentes de Absorção de liquidez (FPA) à taxa diretora (1,5%), de forma a garantir a simetria a longo prazo do corredor das taxas das facilidades permanentes de liquidez.

Com relação às taxas de juro praticadas pelos bancos comerciais, constata-se, uma redução da taxa de juro média efetiva aplicada nos empréstimos bancários e a manutenção da tendência de decréscimo das taxas de juro passivas.

Fonte: Banco de Cabo Verde, Indicadores Económico e Financeiros, janeiro 2020

O crédito à economia cresceu de uma forma ténue, devido a um menor recurso das empresas públicas ao financiamento dos bancos nacionais e à alguma redução da procura de particulares.

A nível do crédito ao governo central constata-se a manutenção do ritmo de crescimento observado em anos anteriores, continuando o governo a privilegiar a emissão de obrigações, a uma taxa de juros média de 3,85%.

No que concerne às Finanças Públicas, dados do Banco de Cabo Verde apontaram para uma melhoria em resultado da moderação nas despesas correntes, do aumento das receitas públicas e da contração das despesas com a aquisição das despesas não financeiras.

### **Mercado de Seguros em Cabo Verde**

Registou-se um crescimento de 10,5% do mercado Segurador Cabo-verdiano, tendo a produção nacional totalizado os 2.850.428 contos, contra os 2.578.749 contos de 2018.

O setor manteve a capacidade de resposta profissional, diligente e célere com o objetivo de mitigar as consequências das perdas associadas aos sinistros na vida das famílias e das empresas.

O Ramo Vida cresceu 20% passando a valer praticamente 10% do total do Mercado, destacando-se o crescimento dos Planos Poupança Reforma (PPR).

Os ramos Não Vida tiveram um aumento de produção de 9,6% com crescimento em todos os seus ramos.

O ano de 2019 foi um ano de muitos desafios para a gestão do setor segurador. Por um lado as necessárias alterações nos Seguros Obrigatórios de acidentes de trabalho e de Responsabilidade Civil Automóvel e por outro, temas emergentes, como a digitalização da sociedade e da economia e o que os riscos cibernéticos representam em termos de desafios num futuro próximo.

O setor continuará a trabalhar para reforçar uma posição de solidez, credibilidade e resiliência, com o objetivo de aumentar os níveis de proteção dos consumidores e da sociedade em geral.

#### **01.04 Actividade Seguradora da IMPAR**

O Ramo Vida teve um crescimento nulo perdendo um ponto percentual no seu peso (de 9% para 8% no valor total da carteira).

Os prémios totais traduzem o crescimento global de 3,5%, ultrapassando de novo a fasquia de um milhão de contos, ou seja, 1.117.808 contos contra os 1.013.387 contos de 2018.

Nos Ramos Não-Vida, a não renovação do negócio com a AIG significou uma perda de 71 mil contos em particular nos ramos Incêndio e Responsabilidade Civil.

Sem este efeito, a carteira teria um crescimento de 11% o que demonstra bem o empenho da Companhia na recuperação com outros negócios.

De registar a consistência dos resultados ao longo do tempo, em todas as vertentes analisadas, que é fruto de uma preocupação constante da IMPAR em prestar um serviço de maior qualidade aos seus clientes. O investimento humano em formação, em informação e em tecnologia tem sido muito significativo e tem sido decisivo para a obtenção destes resultados.

Nos quadros seguintes pode-se ver a evolução das contas, nomeadamente um resumo do Balanço e da Conta de Ganhos e Perdas a 31 de Dezembro.

BALANÇO	2019	2018	19-18
Disponibilidades	62 425	56 008	6 417
Investimentos em associadas	2 184 281	1 939 952	244 329
Activos disponíveis para venda	64 453	62 179	2 274
Terrenos e Edifícios	356 154	222 515	133 639
Outros activos tangíveis	21 623	24 050	-2 428
Inventários	1 123	2 623	-1 500
Outros activos intangíveis	851	1 702	-851
Provisões técnicas de resseguro cedido	494 599	393 230	101 369
Outros devedores	254 819	249 742	5 077
Activos por impostos correntes	6 567	0	6 567
Acréscimos e diferimentos	5 565	4 980	585
Outros elementos do activo	11 414	9 809	1 605
<b>Total do Activo</b>	<b>4 016 197</b>	<b>3 528 994</b>	<b>487 203</b>
Capital	400 000	400 000	0
Reservas de reavaliação	15	15	0
Outras reservas	767 880	532 135	250 583
Resultados transitados	538 429	538 429	0
Resultado do exercício	395 319	350 583	29 898
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>2 101 643</b>	<b>1 821 163</b>	<b>280 481</b>
Provisões técnicas de seguro directo	1 451 223	1 272 375	178 848
Outros Credores	236 270	207 507	28 763
Passivos por impostos correntes	24 630	25 043	-414
Passivos por impostos diferidos	17 004	17 004	0
Acréscimos e diferimentos	12 520	12 995	-476
Outras provisões	172 907	172 907	0
<b>Total do Passivo</b>	<b>1 914 553</b>	<b>1 707 831</b>	<b>206 722</b>
<b>Total do Passivo e do Capital Próprio</b>	<b>4 016 197</b>	<b>3 528 994</b>	<b>487 203</b>

CONTA DE GANHOS E PERDAS	2019	2018	19-18
Prémios brutos emitidos	1 117 808	1 079 689	38 118
Provisão prémios não adquiridos (variação)	-84 473	-109 419	24 946
Custos com sinistros	-360 495	-370 138	9 643
Outras provisões técnicas	0	22 417	-22 417
Provisão matemática do ramo vida	-13 363	-19 777	6 413
Custos e gastos de exploração	-217 903	-193 584	-24 320
<b>Resultado técnico Seguro Directo</b>	<b>441 574</b>	<b>409 189</b>	<b>32 385</b>
Prémios de resseguro cedido	-498 447	-410 144	-88 303
Provisão prémios não adquiridos, resseguro (var.)	59 507	50 113	9 394
Custos com sinistros	85 146	126 048	-40 901
Provisão matemática do ramo vida	-671	-7 945	7 275
Comissões e participação resultados de resseguro	69 656	76 423	-6 768
<b>Resultado técnico Resseguro</b>	<b>-284 808</b>	<b>-165 505</b>	<b>-119 303</b>
<b>Resultado técnico</b>	<b>156 765</b>	<b>243 684</b>	<b>-86 919</b>
Rendimentos Financeiros	20 683	24 309	-3 626
Gastos financeiros	-10 732	-10 732	-0
Outros rendimentos / gastos	-2 484	-10 639	8 155
Ganhos e perdas de associadas	270 165	155 083	115 083
<b>Resultado não técnico</b>	<b>277 632</b>	<b>158 021</b>	<b>119 612</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>434 397</b>	<b>401 705</b>	<b>32 693</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	-39 078	-51 122	12 043
<b>Resultado líquido de impostos</b>	<b>395 319</b>	<b>350 583</b>	<b>44 736</b>

Em termos de indicadores verifica-se uma diminuição de 2 pontos percentuais no rácio de sinistralidade e um aumento de 1,6 pontos no rácio de despesa.

O rácio de cedência líquida de resseguro agravou-se em 10 pontos fruto de maior volume de prémios cedidos e menor participação nos sinistros.

Esta perda na rentabilidade técnica é compensada pelos resultados não técnicos, nomeadamente pelos ganhos em associadas.

Rátios e indicadores (base Prémios SD)	2019	2018	19-18
Sinistralidade (custos com sinistros)	32,3%	34,3%	-2,0%
Despesa (custos de exploração)	19,5%	17,9%	1,6%
<b>Combinado (sinistralidade+despesa)</b>	<b>51,7%</b>	<b>52,2%</b>	<b>-0,5%</b>
Provisionamento (outras provisões)	-8,8%	-9,9%	1,1%
<b>Rentabilidade técnica bruta (resultado técnico SD)</b>	<b>39,5%</b>	<b>37,9%</b>	<b>1,6%</b>
Cedência (saldo de resseguro)	-25,5%	-15,3%	-10,2%
<b>Rentabilidade técnica líquida (resultado técnico)</b>	<b>14,0%</b>	<b>22,6%</b>	<b>-8,5%</b>
Rentabilidade não técnica (resultado não técnico)	24,8%	14,6%	10,2%
<b>Rentabilidade bruta (resultado antes de impostos)</b>	<b>38,9%</b>	<b>37,2%</b>	<b>1,7%</b>
Fiscalidade (imposto sobre lucros)	3,5%	4,7%	-1,2%
<b>Rentabilidade líquida (resultado líquido)</b>	<b>35,4%</b>	<b>32,5%</b>	<b>2,9%</b>

## IV – Exploração Industrial

### 4.1 – Ramo Vida

Após um crescimento muito acentuado em 2018, a carteira de Vida estabilizou.

O Vida-Financeiro apresenta um ligeiro decréscimo enquanto o Vida Puro aumenta 4%.

Quanto a sinistros houve um aumento significativo de resgates (+ 14 mil contos) no Vida Financeiro e no Vida Puro mais 8,5 mil contos, estando estes últimos cobertos por resseguro.

### 4.2 – Ramo Não Vida

#### Acidentes e Doença

Estes ramos apresentam um crescimento de 15,3% tendo os prémios atingido cerca de 211 mil contos contra os 183 mil contos da anuidade anterior.

A sinistralidade mantém-se dentro do mesmo padrão de excelência das anuidades anteriores, atingindo cerca de mil contos contra os 10.031 contos do período homólogo. O sub-ramo que mais contribuiu foi o Acidentes de trabalho.

### **Incêndio e Outros Danos**

Como já referido, a não renovação do fronting com a AIG fez com que este ramo diminuísse 61,5 mil contos passando a valer 169 mil contos contra os 231 mil contos do exercício anterior.

Esta carteira tem grandes negócios isentos de sinistros, associado à excelência na exploração técnica destes ramos, o que resultou num valor de custos com sinistros inferiores ao ano transacto (6.145 contos contra 7.305 contos de 2018).

### **Automóvel**

Apesar da manutenção de uma selectiva política de subscrição de riscos, o ramo automóvel cresceu apenas 2,3% totalizando os 377.909 contos contra os 369.390 contos do ano passado.

De salientar que foi efectuada um saneamento de carteira de prémios considerados incobráveis. Ainda assim o rácio de sinistralidade passou de 66% para os 60%.

### **Transportes**

Neste ramo destaca-se o aumento dos TACV que per si representam 83 mil contos.

Os prémios nestes Ramos atingiram o montante de 193.024 contos contra os 132.751 contos de 2018.

Os custos com sinistros passaram de 53.324 contos em 2018 para 60.996 contos em 2019.

### **Responsabilidade Civil**

Também neste ramo a não renovação do negócio com a AIG teve influência negativa que fez com que o ramo tivesse um crescimento negativo de 10%, passando de 74 mil contos em 2018 para 67 mil contos em 2019.



Os custos com sinistros também decresceram (- 3.618 contos) passando de 11.697 contos em 2018 para 8.078 contos em 2019.

### Diversos

Este ramo apresenta um crescimento de 162%, o qual passou de 7.259 contos para 19.027 contos.

Foi reaberto um sinistro de 2013 no valor de 6.256 contos o qual está salvaguardado por garantias reais.

### Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno

Deu-se início ao desenvolvimento de um sistema de gestão de risco e controlo interno eficaz, o qual será determinante para proteger e fortalecer a Companhia, prevenindo ou diminuindo o impacto negativo de eventos futuros.

A gestão deste sistema pretende acrescentar valor à Companhia e dotá-la de mecanismos que assegurem ao mesmo tempo os interesses dos acionistas e dos clientes. Para tal, é essencial a incorporação de uma cultura que promova a tomada de risco de modo consciente e disciplinado.

A operacionalização do sistema de gestão de risco e controlo interno é transversal a toda a Companhia. As diversas linhas de defesa que se começou a instituir no sistema de governação dos riscos contemplam as áreas operacionais, as funções de controlo, conformidade, gestão do risco e atuariais e ainda a função de auditoria interna.

Este sistema tem como objetivo assegurar que o perfil de risco global se mantém dentro dos níveis de apetite e tolerância aprovados pelo Conselho de Administração, obtendo uma rentabilidade que represente uma compensação adequada aos acionistas pelo risco assumido.

Para tal, o ciclo de gestão de risco inclui:

- Identificar os riscos que a Companhia pode enfrentar;

- Estabelecer um processo comum através do qual se possa monitorizar conjuntamente rentabilidade e risco;
- Estabelecer tolerâncias de risco e políticas que fundamentam o processo, para articular o nível de exposição máximo a cada risco ou a combinações de risco;
- Monitorizar a exposição ao risco e manter uma supervisão ativa sobre a posição de solvência das Companhias.

No decurso do ano de 2019 foram desenvolvidas diversas ações e projetos, não só por definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno, mas também pelo reforço destes temas e dos requisitos específicos que o regime de Solvência II previsto ser implementado em breve em Cabo Verde irá incutir na atividade.

Assim destacam-se as seguintes atividades:

- Revisão e atualização de algumas políticas de risco (reservas, prevenção de branqueamento de capitais, tratamento e competência e idoneidade);
- Implementação da função de controle Actuarial;
- Cálculo trimestral dos requisitos de capital e rácio de solvência e respetivo reporte quantitativo ao Supervisor;
- Divulgação pública do Relatório e Contas e respetivos relatórios do Fiscal Único, Auditor Externo e do Atuário Responsável no website da Companhia;

A envolvimento e o empenho de todas as áreas, em particular dos Órgãos de Administração, na execução das atividades descritas, permitiram o cumprimento dos objetivos com sucesso. O sistema de gestão de risco e controlo interno tornou-se mais robusto e sólido permitindo à Companhia o desenvolvimento da sua atividade com segurança e sustentabilidade.

## **Gestão de Ativos**

Apesar da forte aposta na Bancassurance e na formação de um forte Grupo Financeiro de matriz nacional, os restantes investimentos da Companhia são geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia.

Para além das participações financeiras, os investimentos da Companhia correspondem essencialmente a títulos de rendimento fixo, integralmente classificados na rubrica de 'Ativos financeiros disponíveis para venda'.

### Custos e Gastos por Natureza a Imputar

Em 2019 os custos e gastos por natureza a imputar ascenderam a 223.894 contos contra os 219.104 contos de 2018, assumindo-se os custos com Fornecimentos e Serviços Externos a rubrica mais relevante tendo contribuído para tal a contabilização neste ano dos serviços de auditoria externa complementares de 2018 e da totalidade referente ao exercício de 2019.

Ainda assim foi possível manter o Expense Ratio na casa dos 20%.

Rubrica	2 019	2 018	19-18	19/18	s/pre19	s/pre18
Pessoal	129 967	138 731	-8 763	-6,3%	11,6%	12,8%
Fornecimentos	57 988	45 809	12 179	26,6%	5,2%	4,2%
Amortizações	15 980	14 671	1 309	8,9%	1,4%	1,4%
Imposto e taxas	19 959	19 894	65	0,3%	1,8%	1,8%
<b>Total</b>	<b>223 894</b>	<b>219 104</b>	<b>4 790</b>	<b>2,2%</b>	<b>20,0%</b>	<b>20,3%</b>

### Recursos Humanos e Formação

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia conta com 73 Colaboradores (excluindo Órgãos Sociais).

Os Colaboradores da Companhia apresentam uma idade média de 40 anos, sendo 73% mulheres e 27% homens. A estratégia de negócio definida pelos Acionistas exige que a Companhia possua nos seus quadros os melhores colaboradores, de modo a que seja possível a obtenção de sucesso hoje e no longo prazo.

Dando seguimento às políticas definidas no início da atividade, a Companhia privilegiou o desenvolvimento dos seus Recursos Humanos e geriu a sua política de admissão de novos Colaboradores em função das necessidades de otimização do nível de serviço prestado aos clientes e rede de distribuição.

O investimento no desenvolvimento dos Colaboradores materializou-se, em 2019, em cerca de 700 horas de formação, abrangendo a 29 Colaboradores, diversos domínios dirigidos especificamente para cada um e as linhas de negócio exploradas. O número médio de horas de formação por Colaborador foi de 25 horas.

No âmbito da gestão de recursos humanos, os Colaboradores são submetidos a um processo anual de avaliação, tendo em consideração o grau de cumprimento dos objetivos e o alinhamento com a estratégia definida. Este processo de avaliação visa a identificação das necessidades de formação e desenvolvimento dos Colaboradores.

2019

EFFECTIVO	Nº
<b>Nº de Colaboradores</b>	<b>73</b>
<b>Níveis de Qualificação</b>	
Dirigentes	6
Quadros Superiores	24
Médios Quadros Intermédios	45
Outras Qualificações	4
<b>SEXO</b>	
Homens	20
Mulheres	53
Idade Média	39,8
Antiguidade Média	9,5
<b>Remunerações</b>	
Custo com Pessoal	129 967 478,00
Custo Médio/Colaborador	1 780 376,41
<b>Movimento de Pessoal</b>	
Permanentes	56
Não Permanentes	17
<b>FORMAÇÃO</b>	
Numero de participantes	29
Formação Interna	18
Formação Externa	11
Número de horas em acções de Formação	700
<b>Custo Total</b>	<b>698 868,00</b>

### **Capital Próprio e Margem de Solvência**

Em função dos bons resultados obtidos, o Capital próprio da Companhia cresceu 15,4% passando a valer 2.101.643 contos.

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco, podendo afirmar que os capitais próprios actuais que são mais do triplo do valor legal estão preparados para superar com distinção a possível implementação da Solvência II em cabo Verde.

### **01.05 Perspetivas para 2020**

No ano de 2019 a Companhia cumpriu o seu terceiro exercício de atividade em formato de Grupo operacional, implementando-se no mercado Financeiro nacional como uma marca forte. O foco nos clientes, a oferta de produtos inovadora e adaptada às suas necessidades de proteção e a reconhecida qualidade de serviço, são fatores que estão na origem do crescimento reconhecido pelo mercado.

A IMPAR irá continuar a desenvolver e melhorar procedimentos e processos ao nível de metodologias de cálculo, de reporte e de requisitos de governação, integrando estas alterações no processo de decisão e de definição de estratégias.

Perspetiva-se para breve a entrada em vigor de novas regras em torno da Solvência II as quais irão alterar a forma como a gestão dos riscos e do capital é prosseguida.

Um dos aspectos positivos que se esperam é que os formatos de divulgação de informação à Autoridade de Supervisão irão melhorar, promovendo a transparência relativamente às boas práticas, fomentando assim a disciplina de mercado.

Os objetivos para 2020 focam-se em dar continuidade à estratégia definida, continuando a apostar nas sinergias que advêm do modelo de distribuição e na “multicanalidade” para chegar aos clientes de forma cada vez mais flexível e cómoda.

### 01.06 Proposta de aplicação de resultados

O Resultado Líquido da IMPAR atingiu em 2019 os 395.319 contos, dos quais apenas 125.154 contos são distribuíveis, conforme o mencionado na Mensagem do Conselho de Administração e o detalhado e explicado no Anexo às Contas.

Assim, o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição de Resultados:

Dividendos: 100.000 contos

Reservas livres: 295.319 contos

### 01.07 Nota Final

Na Assembleia Geral Ordinária de 29 de Março de 2019 a composição do Conselho de Administração foi alterada.

O então Presidente do Conselho de Administração, Dr. Arez Romão, informou que considerava oportuna a existência de um comando único para todo o Grupo IMPAR e apresentou ao Fiscal Único o pedido de renúncia ao mandato.

Foi igualmente decidida a subida a Presidente do Conselho de Administração do Dr. Luis Vasconcelos Lopes, a nomeação do Engº Paulo Oliveira Lima como Vice-Presidente do Conselho de Administração e a entrada para Administrador Delegado do Dr. António Raposo Correia.

O Conselho de Administração enaltece a nobreza da acção do Dr. Arez Romão ao longo de toda a sua passagem pela IMPAR, sendo inquestionável que as suas qualidades pessoais, humanas e profissionais marcaram a história da IMPAR, realçando-se o relevante papel desempenhado pelo Dr. Arez Romão no processo de inversão do destino da Companhia em 2003, propondo um novo modelo de gestão, que veio a ser determinante para o sucesso que hoje vivenciamos

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo de diversas entidades e parceiros para o bom desempenho da Companhia, concretização dos seus objetivos e implementação da sua estratégia.

Agradecemos especialmente:

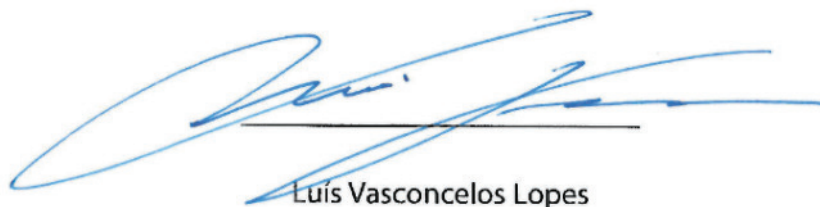
- Aos Clientes, pela sua confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de proteção;
- À Autoridade de Supervisão, pelo seu apoio e colaboração permanentes;
- Aos Acionistas, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o exercício;
- Ao BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, pelo seu papel fundamental na comercialização dos produtos da Companhia;
- Aos Membros do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Aos nossos Resseguradores, pela confiança e capacidade de aceitação de riscos;
- Aos nossos diversos parceiros e prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- E aos Colaboradores, pela sua dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os sinceros agradecimentos.



Cidade do Mindelo, 25 de fevereiro de 2020

O Conselho de Administração



Luís Vasconcelos Lopes

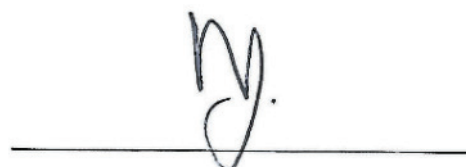
Presidente



Paulo Jorge de Oliveira Lima

Paulo Jorge de Oliveira Lima

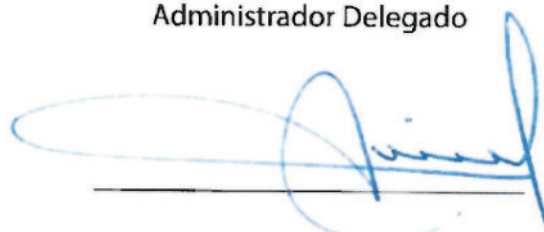
Vice-Presidente



António Raposo Correia

António Raposo Correia

Administrador Delegado



Joaquim Alberto Vieira Coimbra

Joaquim Alberto Vieira Coimbra

Administrador



Sandra Almiro Coimbra

Sandra Almiro Coimbra

Administradora

## 02 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

Unid: CVE

ACTIVO	Notas	31/12/2019			2018
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16	62 424 741		62 424 741	56 007 609
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	17	2 184 280 845		2 184 280 845	1 939 952 322
Activos financeiros detidos para negociação					
Derivados de cobertura					
Activos disponíveis para venda	18	64 452 643		64 452 643	62 178 643
Empréstimos e contas a receber	19				
Outros depósitos					
Contas a receber					
Outros					
Investimentos a longo prazo	20	356 153 846		356 153 846	222 514 839
Terrenos e edifícios	21	624 981 089	-72 657 611	552 323 478	562 204 643
Terrenos e edifícios de serviço próprio		284 095 270	-72 657 611	211 437 659	221 318 824
Terrenos e edifícios de rendimento		340 885 819		340 885 819	340 885 819
Outros activos tangíveis	22	198 442 119	-176 819 564	21 622 555	24 050 495
Inventários	22	1 123 354		1 123 354	2 623 354
Outros activos intangíveis	23	18 689 867	-17 839 011	850 856	1 701 697
Provisões técnicas de resseguro cedido	24	494 599 091		494 599 091	393 229 867
Provisões para prémios não adquiridos		195 102 816		195 102 816	136 266 317
Provisão matemática				0	0
Provisão para sinistros		299 496 275		299 496 275	256 963 550
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	25	351 389 885	-96 570 702	254 819 183	249 742 073
Contas a receber por operações de seguro directo		321 997 610	-96 570 702	225 426 908	125 101 274
Contas a receber por outras operações de resseguro		9 846 324		9 846 324	13 811 178
Contas a receber por outras operações		19 545 951		19 545 951	110 829 621
Activos por impostos	26				
Activos por impostos correntes		6 567 385		6 567 385	
Activos por impostos diferidos					
Acréscimos e diferimentos	27	5 565 064		5 565 064	4 979 589
Outros elementos do activo		11 413 750		11 413 750	9 808 750
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
<b>TOTAL ACTIVO</b>		<b>4 380 083 679</b>	<b>-363 886 888</b>	<b>4 016 196 791</b>	<b>3 528 993 881</b>

A Direcção Financeira

O Conselho de Administração




**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

Unid: CVE

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	31/12/2019			2018
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido	
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>					
Capital	30	400 000 000		400 000 000	400 000 000
Reservas de reavaliação	31	15 000		15 000	15 000
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros		15 000		15 000	15 000
Outras reservas	31	767 880 152		767 880 152	532 135 443
Resultados transitados	31	538 429 233		538 429 233	538 429 233
Resultado do exercício	32	395 318 979		395 318 979	350 583 028
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>2 101 643 364</b>		<b>2 101 643 364</b>	<b>1 821 162 705</b>
Interesses minoritários					
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS</b>		<b>2 101 643 364</b>		<b>2 101 643 364</b>	<b>1 821 162 705</b>
<b>PASSIVO</b>					
Provisões técnicas	24	1 451 222 789		1 451 222 789	1 272 374 884
Provisão para prémios não adquiridos		372 677 460		372 677 460	290 550 572
Provisão para seguros e operações do ramo vida		112 195 649		112 195 649	99 076 548
Provisão para sinistros		965 330 194		965 330 194	881 972 657
De vida		10 406 165		10 406 165	5 297 365
De acidentes de trabalho		70 125 763		70 125 763	85 033 983
De automóvel		518 202 282		518 202 282	482 769 529
De outros ramos		366 595 984		366 595 984	308 871 780
Provisões para participação nos resultados		1 019 485		1 019 485	775 107
Provisão para estabilização de carteira					
Provisão para riscos em curso				0	0
Outros credores por operações de seguros e outras operações	28	236 270 095		236 270 095	207 506 683
Contas a pagar por operações de seguro directo		18 391 581		18 391 581	13 788 172
Contas a pagar por outras operações de resseguro		166 035 406		166 035 406	50 094 865
Contas a pagar de Empréstimos bancários					
Contas a pagar por outras operações		51 843 108		51 843 108	143 623 646
Passivos por impostos	26	41 633 668		41 633 668	42 047 188
Passivos por impostos correntes		24 629 809		24 629 809	25 043 329
Passivos por impostos diferidos		17 003 859		17 003 859	17 003 859
Acréscimos e diferimentos	27	12 519 609		12 519 609	12 995 156
Outras provisões	29	172 907 266		172 907 266	172 907 266
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>1 914 553 427</b>		<b>1 914 553 427</b>	<b>1 707 831 176</b>
<b>TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>4 016 196 791</b>		<b>4 016 196 791</b>	<b>3 528 993 881</b>

A Direcção Financeira



O Conselho de Administração





# CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unid: CVE

CONTAS DE GANHOS E PERDAS	Notas	Exercício 2019				2018
		Técnica Vida	Técnica não Vida	Não Técnica	Total	
<i>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</i>	5	38 292 724	556 102 432		594 395 156	619 472 091
Prémios brutos emitidos		80 772 048	1 037 035 594		1 117 807 642	1 079 689 382
Prémios de resseguro cedido		-42 180 588	-456 266 369		-498 446 977	-410 143 970
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-5 552 132	-78 920 573		-84 472 705	-84 059 532
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		5 253 396	54 253 800		59 507 196	33 986 211
<i>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</i>	6	-28 043 848	-247 304 483		-275 348 331	-244 090 087
Montantes pagos		-27 435 048	-205 905 635		-233 340 683	-198 317 606
Montantes brutos		-30 855 048	-245 099 294		-275 954 342	-246 373 716
Parte dos resseguradores		3 420 000	39 193 659		42 613 659	48 056 110
Provisão para sinistros (variação)		-608 800	-41 398 848		-42 007 648	-45 772 481
Montante bruto		-5 108 800	-79 431 573		-84 540 373	-123 764 181
Parte dos resseguradores		4 500 000	38 032 725		42 532 725	77 991 700
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	7				0	13 184 405
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	8	-13 789 798			-13 789 798	-23 973 518
Montante bruto		-13 119 101			-13 119 101	-16 028 303
Parte dos resseguradores		-670 697			-670 697	-7 945 215
Participação nos resultados, líquida de resseguro	9	-244 378			-244 378	-3 748 553
<i>Custos e gastos de exploração líquidas</i>	10	-14 656 973	-203 247 266		-217 903 239	-193 583 713
Custos de aquisição		-7 436 192	-106 217 798		-113 653 990	-108 070 305
Custos de aquisição diferidos (variação)		143 740	2 202 077		2 345 817	17 104 853
Gastos administrativos		-7 363 521	-99 231 545		-106 595 066	-102 618 261
Comissões e participação nos resultados de resseguro	10	12 932 345	56 723 283		69 655 628	76 423 214
<i>Rendimentos</i>	12	8 411 788	11 671 342		20 683 130	24 308 734
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		8 411 788	6 685 228	600 000	15 697 016	18 574 160
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Outros			4 986 114		4 986 114	5 734 574
<i>Ganhos financeiros</i>	13		-10 732 006		-10 732 006	-10 731 992
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Outros			-10 732 006		-10 732 006	-10 731 992
<i>Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas</i>						
De activos disponíveis para venda						
De empréstimos e contas a receber						
De investimentos a curto até à maturidade						
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado						
De outros			2 274 000		2 274 000	
<i>Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas</i>						
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação						
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas						
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	21					5 000 000
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro		9 803			9 803	6 976
Outras provisões (variação)	14			9 973 840	9 973 840	-16 310 843
Outros rendimentos / gastos	15			-12 467 689	-12 467 689	665 211
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	17					54 220 867
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	17		267 891 305		267 891 305	100 861 788
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda						
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>2 912 663</b>	<b>433 378 607</b>	<b>-1 893 849</b>	<b>434 397 421</b>	<b>401 704 579</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	26				39 078 441	51 121 551
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>2 912 663</b>	<b>433 378 607</b>	<b>-1 893 849</b>	<b>395 318 979</b>	<b>350 583 028</b>

A Direcção Financeira



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unid: CVE

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)											Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros instrumentos	Prêmios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos Financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do Exercício	Total	
Balanço a 31 de Dezembro de 2018		400 000 000	0	0	7 513 000	80 000 000	444 652 444	0	-15 000	0	538 429 233	350 583 028	1 821 162 705	0
Correcções de erros (IAS8)	39											0	0	0
Balanço de abertura em 01 de Janeiro de 2019		400 000 000	0	0	7 513 000	80 000 000	444 652 444	0	-15 000	0	538 429 233	350 583 028	1 821 162 705	0
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	31						250 583 028					-250 583 028	0	0
Distribuição de reservas	33											-100 000 000	-100 000 000	-100 000 000
Distribuição de Lucros														
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio	17						-14 838 320						-14 838 320	-14 838 320
Total das variações do capital próprio		400 000 000	0	0	7 513 000	80 000 000	680 397 152	0	-15 000	0	538 429 233	0	1 706 324 385	0
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2019	32											395 318 979	395 318 979	395 318 979
Balanço a 31 de Dezembro de 2019		400 000 000	0	0	7 513 000	80 000 000	680 397 152	0	-15 000	0	538 429 233	395 318 979	2 101 643 364	0

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unid: CVE

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)											Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros instrumentos	Prêmios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos Financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do Exercício	Total	
Balanço a 31 de Dezembro de 2017 - Originalmente apresentado		400 000 000	0	0	7 513 000	80 000 000	296 670 268	0	631 340 658	0	0	189 069 595	1 604 593 522	0
Correcções de erros (IAS8)	39								-640 174 806		82 786 769	456 370 363	-101 017 673	-101 017 673
Balanço de abertura alterado em 01 de Janeiro de 2018 - Reexpresso		400 000 000	0	0	7 513 000	80 000 000	296 670 268	0	-8 834 148	0	82 786 769	645 439 958	1 503 575 847	0
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda									8 819 148				8 819 148	8 819 148
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	31						89 797 494				455 642 464	-545 439 958	0	0
Distribuição de reservas	33											-100 000 000	-100 000 000	-100 000 000
Distribuição de Lucros														
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio	17						58 184 681						58 184 681	58 184 681
Total das variações do capital próprio		400 000 000	0	0	7 513 000	80 000 000	444 652 444	0	-15 000	0	538 429 233	0	1 470 579 677	0
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2018	32											350 583 028	350 583 028	350 583 028
Balanço a 31 de Dezembro de 2018		400 000 000	0	0	7 513 000	80 000 000	444 652 444	0	-15 000	0	538 429 233	350 583 028	1 821 162 705	0

# DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

Rubricas	2019	2018
Resultado Líquido do Exercício	395 318 980	350 583 028
Provisões Técnicas Seguro Directo	178 847 904	210 417 585
Provisões Técnicas Resseguro Cedido	-101 369 224	-120 159 633
Provisão para prémios em cobrança	-9 973 840	16 310 843
Outras Provisões Não Técnicas	0	0
Amortizações	17 652 098	19 302 046
Equivalência Patrimonial	-270 165 305	150 082 655
<b>Resultado ajustado</b>	<b>210 310 613</b>	<b>626 536 525</b>
<b>Actividades Operacionais</b>		
Prémios em Cobrança	-91 510 936	-68 630 073
Operações Seguro Directo	6 357 982	954 079
Operações Co-seguro	-595 431	595 431
Operações Resseguro	119 905 395	-43 268 904
Estado e outros entes públicos	-6 980 904	-47 044 160
Outros	-601 868	-107 064 701
Acréscimos e Diferimentos	-1 061 022	3 843 220
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>	<b>25 513 216</b>	<b>-260 615 108</b>
<b>Actividades de Investimento</b>		
Imóveis	0	15 000 000
Titulos Rendimento Variável	8 724 462	-685 569 816
Titulos Rendimento Fixo	-133 639 007	-50 000 000
Outros Investimentos	0	-26 198 815
Imobilizações corpóreas	-4 492 152	9 821 432
Imobilizações incorpóreas	0	-2 552 524
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>	<b>-129 406 697</b>	<b>-739 499 722</b>
<b>Actividades de Financiamento</b>		
Realização de Capital Social	0	0
Empréstimos obtidos	0	0
Pagamento dividendos	-100 000 000	-100 000 000
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>	<b>-100 000 000</b>	<b>-100 000 000</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>6 417 132</b>	<b>-473 578 305</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	56 007 609	529 585 914
Caixa e seus equivalentes no final do período	62 424 741	56 007 609
	<b>6 417 132</b>	<b>-473 578 305</b>



### 03 - ANEXO ÀS CONTAS



## Notas às Demonstrações Financeiras

### 1 – Informações Gerais

A IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l. (“IMPAR ou Companhia”), com Sede Social na Praça Amílcar Cabral, Cidade do Mindelo e Sede Administrativa na Rua Amílcar Cabral, Cidade da Praia, foi criada em 1992, tendo os seus estatutos sido publicados através do Boletim Oficial nº 7 de 15 de Fevereiro de 1992. É uma Sociedade Anónima, nos termos do Código de Empresas Comerciais, cabendo a sua gestão ao seu Conselho de Administração, que delega a gestão corrente no seu Administrador Delegado.

O capital da IMPAR pertence integralmente a empresas nacionais e investidores Cabo-verdianos, sendo detida em 20% pela Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda, 20% pela ING – Investimentos e Gestão, Lda, 20% pela Labesfal Farma Cabo Verde, Lda, 10,622% pela OLIGEST – Investimentos, SA, 7,716% por Luís Vasconcelos Lopes, 7% da Aliança e os restantes 14,66% por diversos Accionistas nacionais.

Um dos traços marcantes da IMPAR é o da estabilidade da sua estrutura accionista e o alinhamento estratégico das opções da IMPAR com a visão dos accionistas, contribuindo assim para que a gestão consiga delinear os principais objectivos estratégicos e as actividades da Companhia numa perspectiva de longo prazo.

A IMPAR é uma Companhia de Seguros de capital integralmente Caboverdiano e desenvolve a sua actividade de seguro exclusivamente em Cabo Verde, operando nos ramos Vida e Não Vida, utilizando canais de distribuição que garantem uma ampla cobertura do território nacional, assente na venda directa nos escritórios próprios, bem como utilizando o Canal bancário, Correctores, Agentes e Mediadores de Seguros. Nesta anuidade deu-se início a efectivação da estratégia de Bancassurance com a junção dos serviços da banca e seguros nas Agências do BCN em vários concelhos do País, permitindo assegurar níveis de eficiência operacional, bem como uma estabilização e redução de custos.

Considerando a sua dimensão, tem subscrito contratos de resseguro em praticamente todos os ramos, mas com um enfoque especial nos de maior concentração de risco, como por exemplo o Aéreo, a Responsabilidade Civil e o Marítimo. A estruturação desses contratos de Resseguro está suportada em Tratados de Quota Parte para a generalidade das situações, à exceção dos Ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho onde estão estabelecidos Tratados em Excess of Loss. Para além dos Tratados, a IMPAR faz colocação em regime de Resseguro Facultativo para os casos dos negócios especiais, nomeadamente os da Aviação e sempre que as linhas e os limites dos Tratados estejam esgotadas, sendo esses negócios analisados caso a caso pelos Resseguradores.

A Companhia conta, a nível técnico, com o apoio de importantes entidades resseguradoras internacionais, nomeadamente as Espanholas Mapfre RE e Nacional Reaseguros, sendo a Mapfre a líder detendo 37,5% dos Tratados Proporcionais e não Proporcionais; a Alemã R+V, Francesa SCOR e a Portuguesa Tranquilidade.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utiliza todas as fontes de informação disponíveis para a avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

No terceiro ano de aliança estratégica entre a IMPAR e o BCN, a posição da Companhia no mercado Vida sai reforçada, continuando robusta no Não-Vida, sendo notória a percepção para o mercado da aliança estratégica entre estas duas Instituições Financeiras de matriz nacional, alicerçadas na solidez financeira, na agilidade da resposta às demandas e capacidade para perseguir oportunidades que reforcem o posicionamento competitivo.

Conforme se encontra evidenciado neste relatório, no ano de 2019 o ramo Vida representou 7% dos prémios brutos emitidos, sendo que destes, 35% correspondeu a produtos financeiros, nomeadamente seguros de Poupança Reforma com taxa técnica garantida e participação nos resultados. Os ramos Não Vida representaram 93% da carteira dos prémios brutos emitidos, onde destacam-se os ramos

Automóvel, representando 34% das vendas Não Vida, Incêndio e Outros Danos em Coisas 15% e Acidentes e Doença 19%.

O resultado líquido do exercício de 2019 fixou-se nos 395.319 contos, impactado pelo reconhecimento de ganhos em subsidiárias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Expurgados os referidos efeitos, os resultados distribuíveis atingem os 127.428 contra os 195.500 contos gerados no exercício anterior.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de Fevereiro de 2020 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral a ser realizada a 26 de Março de 2020.

## **2 - Base de preparação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas**

### **Bases de Apresentação**

As demonstrações financeiras da IMPAR foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, estabelecido pelo Banco de Cabo Verde - Autoridade de Supervisão de Seguros, nos termos do Aviso nº 3/2010 e Aviso nº4/2010, de 28 de Junho, que introduzem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) nas Empresas de Seguro em Cabo Verde e definem o plano de contas para as empresas de seguros com reporte e publicação de informação contabilística e demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB").

O actual Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS/IAS). Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores. Em 2011, a IMPAR

adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2019, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. As demonstrações financeiras estão expressas em escudos de Cabo Verde, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Na preparação das demonstrações financeiras foram igualmente utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência da apresentação e da continuidade, tendo por base os registos contabilísticos.

Os valores apresentados nas presentes notas às demonstrações financeiras estão expresos em milhares de escudos de Cabo Verde, excepto quando referido.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

As divulgações apresentadas seguem a sequência das rubricas das demonstrações financeiras, tendo sido assegurados os requisitos de divulgação de informação exigidos no Aviso 1/2012 do Banco de Cabo Verde.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes, sendo que os resultados reais podem diferir das estimativas. A Companhia não prepara demonstrações

financeiras consolidadas por considerar não existir legislação específica em Cabo Verde, que obrigue a tal.

Adicionalmente, caso fossem preparadas demonstrações financeiras consolidadas iriam determinar um resultado líquido e capitais próprios semelhantes àqueles já relevados nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que a mensuração dos investimentos em entidades filiais significativas é efetuada pelo método da equivalência patrimonial, o que implica uma apropriação da respetiva quota parte detida no resultado líquido e capitais próprios das entidades controladas.

## **Principais Políticas Contabilísticas e Critérios Valorimétricos Adoptados**

### **Investimentos em subsidiárias e associadas**

#### **Subsidiárias**

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Nos investimentos em subsidiárias significativas a Companhia mensura as participações detidas pelo método equivalência patrimonial (MEP) subsequentemente ao lançamento inicial, o qual é registado ao custo da participação. Os impactos da aplicação do MEP são registados na conta de ganhos e perdas, pela apropriação da percentagem detida no resultado das subsidiárias. As alterações do MEP provenientes de alterações de reservas das subsidiárias são registadas em Outras reservas da Companhia.

#### **Associadas**

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Nos investimentos em Associadas mensuradas pela equivalência patrimonial, o lançamento inicial é feito ao custo da participação, sendo depois considerado o MEP.

### **Activos financeiros**

#### **Classificação:**

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção, ou seja, no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, que inclui:
  - Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;
  - Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
    - Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
    - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (accounting mismatch);
    - Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
- Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:

- Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

### **Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento**

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação, ou seja, quando a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados. Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

### **Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados. Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Os juros e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando a melhor informação disponível, que, na ausência de informação sobre preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados, pode ser o valor contabilístico das entidades, com base nas suas demonstrações financeiras mais atualizadas.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

### **Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i)



inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

### **Operações em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

### **Activos tangíveis**

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao respectivo custo histórico sujeito a depreciação e testes de imparidade. Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais de amortização que reflectem, de forma razoável, a vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Equipamento Administrativo	3 a 12
Equipamento Informático	3 a 5
Material de Transporte	7 a 8
Outros activos tangíveis	1 a 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo. Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

#### Terrenos e edifícios de uso próprio

A Companhia classifica como imóveis de uso próprio, os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado, aplicando-se os critérios de mensuração que constam da IAS 16.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente o modelo de valorização é o modelo alternativo do custo, deduzido de depreciações e sujeito a testes de imparidade, previsto nas IAS 16.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, tendo em conta o número de anos de vida útil de cada imóvel. A vida útil dos imóveis foi estimada, imóvel a imóvel. As vidas úteis destes imóveis variam até 25 anos, conforme o imóvel em causa.

Dispêndios subsequentes relacionados, são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

### **Propriedades de investimento**

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas. Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

### **Activos intangíveis**

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas (software) são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais, suportadas pela Companhia, necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos. Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

### **Resseguro**

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva. No decurso da sua actividade, a IMPAR apenas cede negócio, não aceitando qualquer negócio de resseguro.

Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a pagar a resseguradores decorrentes de prémios cedidos e valores a receber decorrentes de comissões e participação dos resseguradores nos custos com sinistros. Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro directo.

### **Benefícios aos empregados**

Pensões - A Companhia não assumiu qualquer responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões ou complementos de reforma por velhice ou invalidez.

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias - Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a um mês de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as

responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

A política de remuneração dos Colaboradores definida pelo Conselho de Administração poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia. Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

Os Colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de saúde. Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

### **Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas desde a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,5%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do

resultado do respectivo exercício. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-Lei nº1/96, de 15 de Janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos fiscais são susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de relato.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2013 a 2017 podem vir a ser corrigidos.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são refletidos na conta de ganhos e perdas do período, exceto nos casos em que as transações que os

originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do período.

### **Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

### **Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

### **Dividendos recebidos**

Os dividendos são reconhecidos quando recebidos.

### **Resultados por acção**

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

### **Compensação de instrumentos financeiros**

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa**

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos no Aviso nº 2/2005, do Banco de Cabo Verde.

### **Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro**

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

#### **Reconhecimento de custos e proveitos**

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

#### **Prémios**

Os prémios brutos emitidos de seguro directo e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. A análise quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 5.

#### **Provisão para prémios não adquiridos**

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data, ou seja corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes. A Companhia, de acordo com as instruções do Banco de Cabo Verde, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a



aplicação do método pro-rata temporis a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

### **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

### **Provisão para sinistros**

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. Para a determinação desta provisão é efectuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

Efectua-se ainda uma Provisão Matemática nos ramos Automóvel e de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2019 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pela Junta Médica e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de Dezembro de 2019 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença (pensões presumíveis).

### **Provisão matemática**

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas

utilizando pressupostos actuariais definidos pelo Banco de Cabo Verde e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de Dezembro de 2019 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões matemáticas têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Nos termos da legislação em vigor, aplica-se a tábua de mortalidade PF 60/64, com uma taxa de juro de 6% e encargos de gestão de 4%.

#### **Provisão para riscos em curso**

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte. O montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

#### **Provisão para participação nos resultados**

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

### Provisão para o resseguro cedido

A provisão para o resseguro cedido é determinado aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em consideração as condições dos tratados de resseguro cedido celebrados.

### 3 – Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

## Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda e em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

A Companhia determina se existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda e em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

### Provisões técnicas

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para participação nos resultados, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas e (iiii) provisão para riscos em curso. Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A provisão para riscos em curso, corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de

contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários.

A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço. As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

### **Provisões para impostos**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor em Cabo Verde e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data de cálculo. Os impostos diferidos, quando aplicáveis, são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os

valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, passíveis de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos, pelo que é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da IMPAR de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### **4 – Informação por segmentos**

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A companhia considera como segmento principal o segmento operacional.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros.

Os segmentos de negócio objecto de relato são os produtos e soluções de maior relevância que a Companhia tem ao dispor dos seus clientes e agrupam-se como segue:

- Vida

- Não Vida:

- Acidentes e Doença
- Incêndio e Outros Danos
- Automóvel
- Outros

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, as actividades operacionais desenvolvidas pela Companhia apresentam o seguinte detalhe nas principais rubricas de balanço e da demonstração de resultados:

2019							
	Total Vida	Total Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros danos	Automóvel	Outros	Total
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>							
Prémios brutos emitidos	80 772	1 037 036	210 673	169 273	377 909	279 180	1 117 808
Prémios Resseguro Cedido	42 181	456 266	69 127	129 038	15 059	243 042	498 447
Prémios brutos não adquiridos (variação)	5 552	78 921	5 301	7 919	7 085	58 616	84 473
Prémios Res.Cedido não adquiridos (var.)	5 253	54 254	2 211	7 188	0	44 855	59 507
Custos com sinistros brutos	35 855	324 640	1 753	5 949	239 319	77 620	360 495
Custos com sinistros Resseguro Cedido	7 920	77 226	-1 331	6 078	29 700	42 779	85 146
Comissões brutas	15 591	202 312	39 696	37 950	71 327	53 338	217 903
Comissões de Resseguro Cedido	12 932	56 723	10 801	26 202	0	19 721	69 656
Outras Provisões	14 034	0	0	0	0	0	14 034
<b>Resultado técnico</b>	<b>-6 335</b>	<b>163 101</b>	<b>106 477</b>	<b>27 885</b>	<b>74 820</b>	<b>-46 082</b>	<b>156 765</b>
<b>Rubricas de Balanço</b>							
Provisões técnicas brutas	150 630	1 283 551	103 980	107 749	659 663	412 159	1 434 181
Provisões técnicas Resseguro Cedido	29 856	464 743	49 266	83 591	140 997	190 889	494 599

2018							
	Total Vida	Total Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros danos	Automóvel	Outros	Total
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>							
Prémios brutos emitidos	82 149	997 540	182 767	230 796	369 390	214 588	1 079 689
Prémios Resseguro Cedido	39 368	370 776	51 631	155 915	15 041	148 189	410 144
Prémios brutos não adquiridos (variação)	16 844	84 060	2 686	21 605	33 064	26 704	100 904
Prémios Res.Cedido não adquiridos (var.)	8 182	33 986	-497	7 221	0	27 262	42 168
Custos com sinistros brutos	13 471	356 667	12 434	9 435	264 365	70 433	370 138
Custos com sinistros Resseguro Cedido	4 774	121 274	10 507	3 847	65 866	41 054	126 048
Comissões brutas	14 507	179 077	32 035	44 379	65 048	37 614	193 584
Comissões de Resseguro Cedido	15 855	60 568	9 962	29 056	0	21 550	76 423
Outras Provisões	28 292	-22 417	0	-6 804	0	-15 612	5 875
<b>Resultado técnico</b>	<b>-1 522</b>	<b>245 206</b>	<b>103 953</b>	<b>46 390</b>	<b>57 737</b>	<b>37 126</b>	<b>243 684</b>
<b>Rubricas de Balanço</b>							
Provisões técnicas brutas	126 858	1 129 224	114 633	97 835	604 810	311 945	1 256 081
Provisões técnicas Resseguro Cedido	20 773	372 457	53 515	72 507	119 583	126 852	393 230

## 5 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

O detalhe dos prémios adquiridos líquidos de resseguro é como segue:

Ramo / Grupo Ramos	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
	2019	%	2018	%	2019	2018	2019	%	2018	%
<b>Vida</b>	80 772	7%	82 149	8%	5 552	16 844	75 220	7%	65 305	7%
<b>Total I</b>	<b>80 772</b>	<b>7%</b>	<b>82 149</b>	<b>8%</b>	<b>5 552</b>	<b>16 844</b>	<b>75 220</b>	<b>7%</b>	<b>65 305</b>	<b>7%</b>
<b>Não Vida</b>										
Acidentes e doença	210 673	19%	182 767	17%	5 301	2 686	205 372	20%	180 081	18%
Incêndio e outros danos	169 273	15%	230 796	21%	7 919	21 605	161 354	16%	209 191	21%
Automóvel	377 909	34%	369 390	34%	7 085	33 064	370 825	36%	336 325	34%
Marítimo, aéreo e transportes	193 024	17%	132 751	12%	53 834	11 546	139 190	13%	121 205	12%
Responsabilidade civil geral	67 128	6%	74 579	7%	1 902	21 350	65 227	6%	53 229	5%
Crédito e caução	19 027	2%	7 259	1%	2 880	-6 192	16 147	2%	13 451	1%
<b>Total II</b>	<b>1 037 036</b>	<b>93%</b>	<b>997 540</b>	<b>92%</b>	<b>78 921</b>	<b>84 060</b>	<b>958 115</b>	<b>93%</b>	<b>913 481</b>	<b>93%</b>
<b>Total I + II</b>	<b>1 117 808</b>	<b>100%</b>	<b>1 079 689</b>	<b>100%</b>	<b>84 473</b>	<b>100 904</b>	<b>1 033 335</b>	<b>100%</b>	<b>978 786</b>	<b>100%</b>



Os prémios brutos emitidos no exercício incluem o valor dos prémios ou frações de prémios respeitantes a períodos de risco com início nesse exercício.

A provisão para prémios não adquiridos é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método prorata temporis a partir dos prémios deduzidos dos respetivos custos de aquisição, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio ou fração.

Os prémios adquiridos são determinados como a diferença entre os prémios brutos emitidos e a variação da provisão para prémios não adquiridos, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido e dos prémios adquiridos de resseguro cedido, em 2019 e 2018:

Ramo / Grupo Ramos	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
	2019	%	2018	%	2019	2018	2019	%	2018	%
<b>Vida</b>	42 181	8%	39 368	10%	4 583	8 181,72	37 598	9%	39 368	10%
<b>Total I</b>	<b>42 181</b>	<b>8%</b>	<b>39 368</b>	<b>10%</b>	<b>4 583</b>	<b>8 181,72</b>	<b>37 598</b>	<b>9%</b>	<b>39 368</b>	<b>10%</b>
Acidentes e doença	69 127	14%	51 631	13%	2 211	-497	66 916	15%	52 127,527	14%
Incêndio e outros danos	129 038	26%	155 915	38%	7 188	7 221	121 850	28%	148 694	40%
Automóvel	15 059	3%	15 041	4%	0	0	15 059	3%	15 041	4%
Marítimo, aéreo e transportes	172 659	35%	102 367	25%	46 714	9 638	125 944	29%	92 729	25%
Responsabilidade civil geral	63 113	13%	46 053	11%	-1 860	17 624	64 972	15%	28 429	8%
Crédito e caução	7 271	1%	-231	0%	0	0	7 271	2%	-231	0%
<b>Total II</b>	<b>456 266</b>	<b>92%</b>	<b>370 776</b>	<b>90%</b>	<b>54 254</b>	<b>33 986</b>	<b>402 013</b>	<b>91%</b>	<b>336 789</b>	<b>90%</b>
<b>Total I + II</b>	<b>498 447</b>	<b>1</b>	<b>410 144</b>	<b>1</b>	<b>58 836</b>	<b>42 168</b>	<b>439 610</b>	<b>1</b>	<b>376 158</b>	<b>1</b>

Os prémios de resseguro cedido são determinados com base nos tratados de resseguro assinados. A provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método prorata temporis, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio cedido, líquido dos respetivos custos de aquisição diferidos de resseguro cedido.

Os prémios adquiridos de resseguro cedido são determinados como a diferença entre os prémios de resseguro cedido e a variação da provisão para prémios não

adquiridos de resseguro cedido, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios brutos emitidos líquidos de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos líquida de A Companhia conta, a nível técnico, com o apoio de importantes entidades resseguradoras internacionais, nomeadamente as Espanholas Mapfre RE e Nacional Reaseguros, sendo a Mapfre a líder detendo 37,5% dos Tratados Proporcionais e não Proporcionais; a Alemã R+V, Francesa SCOR e a Portuguesa Tranquilidade resseguro cedido, e dos prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido, em 2019 e 2018:

Ramo / Grupo Ramos	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
	2019	%	2018	%	2019	2018	2019	%	2018	%
<b>Vida</b>	38 591	6%	42 781	6%	969	8 662	37 622	6%	25 937	4%
<b>Total I</b>	<b>38 591</b>	<b>6%</b>	<b>42 781</b>	<b>6%</b>	<b>969</b>	<b>8 662,34</b>	<b>37 622</b>	<b>6%</b>	<b>25 937</b>	<b>4%</b>
Acidentes e doença	141 546	23%	131 136	20%	3 090	3 183	138 457	23%	127 953	21%
Incêndio e outros danos	40 236	6%	74 881	11%	731	14 384	39 504	7%	60 497	10%
Automóvel	362 850	59%	354 349	53%	7 085	33 064	355 765	60%	321 284	53%
Marítimo, aéreo e transportes	20 366	3%	30 384	5%	7 120	1 908	13 246	2%	28 476	5%
Responsabilidade civil geral	4 016	1%	28 526	4%	3 761	3 726	255	0%	24 800	4%
Crédito e caução	11 756	2%	7 490	1%	2 880	-6 192	8 876	1%	13 682	2%
<b>Total II</b>	<b>580 769</b>	<b>94%</b>	<b>626 765</b>	<b>94%</b>	<b>24 667</b>	<b>50 073</b>	<b>556 102</b>	<b>94%</b>	<b>576 691</b>	<b>96%</b>
<b>Total I + II</b>	<b>619 361</b>	<b>1</b>	<b>669 545</b>	<b>1</b>	<b>25 636</b>	<b>58 736</b>	<b>593 724</b>	<b>1</b>	<b>602 628</b>	<b>1</b>

## 6 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Custos com sinistros de Seguro Directo do exercício de 2019:

Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos		Variação da Provisão Sinistros	Custos com sinistros
	Prestações	Custos de gestão imputados		
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
<b>Vida</b>	29 672	1 183	5 000	35 855
<b>Total I</b>	<b>29 672</b>	<b>1 183</b>	<b>5 000</b>	<b>35 855</b>
<b>Não Vida</b>				
Acidentes e doença	16 696	1 057	-16 000	1 753
Incêndio e outros danos	3 044	193	2 712	5 949
Automóvel	178 001	11 268	50 050	239 319
Marítimo, aéreo e transportes	32 110	2 033	29 046	63 188
Responsabilidade civil geral	656	42	7 478	8 175
Crédito e caução	2	0	6 254	6 256
<b>Total II</b>	<b>230 508</b>	<b>14 592</b>	<b>79 540</b>	<b>324 640</b>
	<b>260 180</b>	<b>15 775</b>	<b>84 540</b>	<b>360 495</b>

Custos com sinistros de Seguro Directo do exercício de 2018:

Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos		Variação da	Custos
	Custos de		Provisão	com
	Prestações	gestão imputados	Sinistros	sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
<b>Vida</b>	12 351	1 162	93	13 606
<b>Total I</b>	<b>12 351</b>	<b>1 162</b>	<b>93</b>	<b>13 606</b>
<b>Não Vida</b>				
Acidentes de trabalho	11 286	1 356	-3 787	8 855
Acidentes pessoais e doença	2 131	463	1 219	3 813
Incêndio e outros danos	7 070	1 536	235	8 840
Automóvel	173 355	5 617	85 669	264 641
Marítimo, aéreo e transportes	21 305	4 628	32 019	57 952
Responsabilidade civil geral	3 381	734	8 316	12 431
Crédito e caução	0	0	0	0
<b>Total II</b>	<b>218 527</b>	<b>14 334</b>	<b>123 671</b>	<b>356 532</b>
	<b>230 878</b>	<b>15 496</b>	<b>123 764</b>	<b>370 138</b>

## Custos com sinistros de Resseguro Cedido do exercício de 2019:

Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos		Variação da	Custos
	Prestações	Custos de gestão imputados	Provisão Sinistros	com sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
<b>Vida</b>	3 420		4 500	7 920
<b>Total I</b>	<b>3 420</b>	<b>0</b>	<b>4 500</b>	<b>7 920</b>
<b>Não Vida</b>				
Acidentes e doença	5 129		-6 460	-1 331
Incêndio e outros danos	2 182		3 896	6 078
Automóvel	8 286		21 414	29 700
Marítimo, aéreo e transportes	23 082		12 888	35 970
Responsabilidade civil geral	515		6 294	6 809
Crédito e caução	0		0	0
<b>Total II</b>	<b>39 194</b>	<b>0</b>	<b>38 033</b>	<b>77 226</b>
	<b>42 614</b>	<b>0</b>	<b>42 533</b>	<b>85 146</b>

## Custos com sinistros de Resseguro Cedido do exercício de 2018:

Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos		Variação da	Custos
	Prestações	Custos de gestão imputados	Provisão Sinistros	com sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
<b>Vida</b>	4 767	0	7	4 774
<b>Total I</b>	<b>4 767</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>4 774</b>
<b>Não Vida</b>				
Acidentes de trabalho	2 631	0	4 790	7 422
Acidentes pessoais e doença	1 099	0	1 986	3 085
Incêndio e outros danos	4 151	0	-304	3 847
Automóvel	12 699	0	53 167	65 866
Marítimo, aéreo e transportes	19 423	0	11 681	31 104
Responsabilidade civil geral	3 286	0	6 664	9 950
Crédito e caução	0	0	0	0
<b>Total II</b>	<b>43 289</b>	<b>0</b>	<b>77 985</b>	<b>121 274</b>
	<b>48 056</b>	<b>0</b>	<b>77 992</b>	<b>126 048</b>

## Custos com sinistros líquidos de resseguro cedido do exercício de 2019:

Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos		Variação da	Custos
	Prestações	Custos de gestão imputados	Provisão Sinistros	com sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
<b>Vida</b>	26 252	1 183	500	27 935
<b>Total I</b>	<b>26 252</b>	<b>1 183</b>	<b>500</b>	<b>27 935</b>
<b>Não Vida</b>				
Acidentes e doença	11 567	1 057	-9 540	3 084
Incêndio e outros danos	862	193	-1 184	-130
Automóvel	169 716	11 268	28 635	209 619
Marítimo, aéreo e transportes	9 028	2 033	16 158	27 219
Responsabilidade civil geral	140	42	1 184	1 366
Crédito e caução	2	0	6 254	6 256
<b>Total II</b>	<b>191 314</b>	<b>14 592</b>	<b>41 508</b>	<b>247 413</b>
	<b>217 566</b>	<b>15 775</b>	<b>42 008</b>	<b>275 348</b>

## Custos com sinistros líquidos de resseguro cedido do exercício de 2018:

Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos		Variação da	Custos
	Prestações	Custos de gestão imputados	Provisão Sinistros	com sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
<b>Vida</b>	7 584	1 162	86	8 832
<b>Total I</b>	<b>7 584</b>	<b>1 162</b>	<b>86</b>	<b>8 832</b>
<b>Não Vida</b>				
Acidentes de trabalho	8 654	1 356	-8 577	1 433
Acidentes pessoais e doença	1 032	463	-766	728
Incêndio e outros danos	2 919	1 536	538	4 993
Automóvel	160 656	5 617	32 502	198 775
Marítimo, aéreo e transportes	1 882	4 628	20 338	26 847
Responsabilidade civil geral	95	734	1 652	2 481
Crédito e caução	0	0	0	0
<b>Total II</b>	<b>175 237</b>	<b>14 334</b>	<b>45 687</b>	<b>235 258</b>
	<b>182 821</b>	<b>15 496</b>	<b>45 772</b>	<b>244 090</b>

## 7 – Outras provisões técnicas, líquidos de resseguro

A rubrica outras provisões técnicas, líquida de resseguro, nos exercícios de 2019 e 2018 inclui apenas a variação da provisão para riscos em curso. Ver Nota 24.5 .

## 8 – Provisão matemática do ramo vida, líquidos de resseguro

A rubrica provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida. Ver Nota 24.2.

## 9 – Participação nos resultados, líquidos de resseguro

A rubrica participação nos resultados, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida com participação nos resultados. Ver Nota 24.4 .

## 10 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

	2019	2018
Custos de aquisição	17 270	14 051
Custos de aquisição imputados (Nota 11)	96 384	94 019
Custos de aquisição diferidos	-2 346	-17 105
Custos Administrativos	5 592	3 762
Custos Administrativos imputados (Nota 11)	101 003	98 856
Comissões e participações nos resultados de resseguro	-69 656	-76 423
	<b>148 248</b>	<b>117 160</b>

Ramo / Grupo Ramos	2019			2018		
	Directo	Resseguro	Liquido	Directo	Resseguro	Liquido
<b>Vida</b>	14 656	12 932	1 724	10 714	15 855	-5 141
<b>Total I</b>	<b>14 656</b>	<b>12 932</b>	<b>1 724</b>	<b>10 714</b>	<b>15 855</b>	<b>-5 141</b>
Acidentes e doença	40 106	10 801	29 305	34 361	9 962	24 399
Incêndio e outros danos	37 360	26 202	11 159	43 736	29 056	14 680
Automóvel	72 463	0	72 463	67 692	0	67 692
Marítimo, aéreo e transportes	35 502	6 764	28 738	23 864	13 470	10 394
Responsabilidade civil geral	14 425	12 230	2 195	12 145	8 080	4 065
Crédito e caução	3 391	727	2 664	1 072	0	1 072
<b>Total II</b>	<b>203 247</b>	<b>56 723</b>	<b>146 524</b>	<b>182 870</b>	<b>60 568</b>	<b>122 302</b>
<b>Total I + II</b>	<b>217 903</b>	<b>69 656</b>	<b>148 248</b>	<b>193 584</b>	<b>76 423</b>	<b>117 160</b>

## 11 – Custos por natureza imputados

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de colaboradores afectos a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, é a seguinte:

2019	Custos com Sinistros		Custos Aquisição		Custos Administrativos		Custos Investimentos		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Custos com o pessoal	10 397	66%	54 586	57%	64 984	64%	0	0%	129 967	58%
Fornecimentos e serviços externos	4 639	29%	24 355	25%	28 994	29%	0	0%	57 988	26%
Impostos	0	0%	13 568	14%	2 412	2%	0	0%	15 980	7%
Amortizações	738	5%	3 875	4%	4 614	5%	10 732	100%	19 959	9%
	<b>15 775</b>	<b>100%</b>	<b>96 384</b>	<b>100%</b>	<b>101 003</b>	<b>100%</b>	<b>10 732</b>	<b>100%</b>	<b>223 894</b>	<b>100%</b>

2018	Custos com Sinistros		Custos Aquisição		Custos Administrativos		Custos Investimentos		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Custos com o pessoal	11 098	72%	58 267	62%	69 365	70%	0	0%	138 731	63%
Fornecimentos e serviços externos	3 665	24%	19 240	20%	22 904	23%	0	0%	45 809	21%
Impostos	0	0%	12 665	13%	2 005	2%	0	0%	14 671	7%
Amortizações	733	5%	3 848	4%	4 581	5%	10 732	100%	19 894	9%
	<b>15 496</b>	<b>100%</b>	<b>94 019</b>	<b>100%</b>	<b>98 856</b>	<b>100%</b>	<b>10 732</b>	<b>100%</b>	<b>219 104</b>	<b>100%</b>

## 11.1 – Fornecimentos e serviços externos

A rubrica Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Fornecimentos e Serviços Externos	2019		2018		Variação	
	valor	%	valor	%	ABS	%
<b>Fornecimento e Serviços</b>						
Electricidade	5 118	8,83%	5 045	11,01%	72	1,43%
Combustíveis	2 018	3,48%	1 744	3,81%	274	15,71%
Água	393	0,68%	322	0,70%	71	22,03%
Impressos	1 215	2,10%	1 180	2,58%	35	2,96%
Material de Escritório	2 659	4,59%	2 809	6,13%	-149	-5,32%
Livros e documentação técnica	1	0,00%	4	0,01%	-3	
Artigos para oferta	57	0,10%	408	0,89%	-350	-85,98%
Rendas e Alugueres	740	1,28%	1 377	3,01%	-637	-46,26%
Despesas de Representação	384	0,66%	95	0,21%	288	302,81%
Comunicação	3 556	6,13%	3 980	8,69%	-424	-10,65%
Seguros	652	1,12%	647	1,41%	4	0,68%
Deslocações e Estadas	2 329	4,02%	2 278	4,97%	51	2,24%
Honorários	1 892	3,26%	3 405	7,43%	-1 514	-44,45%
Conservação e Reparação	5 498	9,48%	4 634	10,12%	864	18,64%
Publicidade e Propaganda	9 949	17,16%	5 712	12,47%	4 236	74,17%
Vigilância e Segurança	4 927	8,50%	4 937	10,78%	-10	-0,20%
Trabalhos Especializados	11 197	19,31%	2 019	4,41%	9 178	454,57%
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	5 403	9,32%	5 211	11,38%	193	3,69%
	<b>57 988</b>	<b>100,00%</b>	<b>45 809</b>	<b>100,00%</b>	<b>12 179</b>	<b>26,59%</b>



Verificou-se um aumento de 27% nesta rubrica, traduzidos em 12.179 contos, sendo a rubrica trabalhos especializados responsável por um aumento de 9.178 contos decorrente dos serviços de auditoria e a rubrica publicidade e propaganda por um aumento de 4.236 contos advenientes da campanha do Seguro Obrigatório Automóvel (SORCA).

Verificou-se uma redução nas rubricas rendas e alugueres e comunicação fruto da integração de alguns escritórios periféricos na rede dos balcões BCN.

## 11.2 - Gastos com Pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Custos com o Pessoal	Variação			
	2019	2018	ABS	%
Remunerações - órgãos sociais	16 662	20 852	( 4 190)	-20%
Remunerações - pessoal	87 807	92 898	( 5 092)	-5%
Encargos sobre remunerações - órgãos sociais	1 148	1 451	( 303)	-21%
Encargos sobre remunerações - pessoal	13 536	14 248	( 712)	-5%
Seguros obrigatórios	9 147	7 397	1 750	24%
Custos de acção social	769	644	125	19%
Formação	699	1 179	( 480)	-41%
Outros	200	61	139	229%
	<b>129 967</b>	<b>138 731</b>	<b>( 8 763)</b>	<b>-6%</b>

A redução relevante nos custos com remunerações resulta do efeito da correção da especialização do bónus de produtividade efectuada em 2018.

A integração de alguns escritórios periféricos da IMPAR na rede dos balcões BCN também contribui para a redução dos custos com o pessoal.

O número de empregados da Companhia no exercício de 2019 aumentou em apenas uma unidade, com a diminuição de um quadro de Direcção e de um quadro técnico, e aumento de dois outros quadros como se demonstra:

Alocação dos Trabalhadores	2019	2018
Direcção	6	7
Quadros técnicos	24	25
Quadros administrativos	36	34
Outros	7	6
	<b>73</b>	<b>72</b>

### 11.2.1 - Obrigações com Benefícios dos Empregados

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego com os seus colaboradores.

## 12 – Rendimentos

RENDIMENTOS	2019	2018
<b>De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo vida</b>		
Acções	3 231	2 930
Obrigações	5 181	1 456
Outros Depósitos	-	1 697
	<b>8 412</b>	<b>6 083</b>
<b>De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo não vida</b>		
Seguro de Acidentes de Trabalho		
Obrigações	2 865	3 017
	<b>2 865</b>	<b>3 017</b>
Seguro Automóvel		
Edifícios de Rendimento	1 120	1 920
Acções	631	1 017
Obrigações	1 870	3 668
	<b>3 621</b>	<b>6 605</b>
Outros Seguros		
Edifícios de Rendimento	3 866	3 815
Acções	-	-
Outros Depósitos	-	1 397
Obrigações	1 318	3 092
	<b>5 185</b>	<b>8 304</b>
<b>De investimentos não afectos</b>		
Obrigações	600	300
	<b>600</b>	<b>300</b>
<b>Total</b>	<b>20 683</b>	<b>24 309</b>

Em 2019 a Companhia obteve rendimentos de juros de obrigações no valor de 11.835 contos que representam 57% do total dos rendimentos obtidos de investimentos.

Em 2019 a IMPAR recebeu 3.862 contos de dividendos contra os 3.947 contos recebidos em 2018, correspondentes as participações na SITA, ENACOL e CVTELECOM. Há que referir que a IMPAR, enquanto acionista principal do BCN, deliberou pela não distribuição de Dividendos pelo período de 5 anos nesse Banco, reforçando assim os capitais próprios, os quais serão fundamentais para a materialização do plano estratégico dessa Instituição Bancária que passa pela duplicação do seu volume de negócios ao longo desse quinquénio.

Durante o exercício 2019 a Companhia registou rendimentos de Edifícios no valor global de 4.986 contos.

### 13 – Gastos financeiros

A rubrica Gastos financeiros, nos exercícios de 2019 e 2018 inclui apenas gastos diversos imputados à função investimentos. Ver Nota 11.

### 14 – Outras provisões (variação)

Nos exercícios de 2019 e 2018 os montantes registados na rubrica outras provisões (variação) são resultantes da variação do ajustamento para recibos por cobrar, conforme nota 25.

### 15 – Outros rendimentos/gastos

	2019	2018
Mecenato	9 884	9 285
Gastos e perdas financeiras	1,515	2,206
Excesso/estimativa impostos	0	( 12 243)
Outros	380	( 139)
Mais/menos valias alienação imobilizado	689	225
<b>Total</b>	<b>12 467</b>	<b>( 665)</b>

Se expurgarmos o efeito do montante de 12.243 contos correspondente a regularização do excesso de estimativa para imposto efectuado em 2018, concernente a exercícios anteriores, a rubrica Outros Rendimentos e Gastos não teria variação significativa.

## 16 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica apresenta-se como segue:

	2019	2018
Caixa	3 872	2 900
Depósitos em instituições de crédito	58 553	53 107
	<b>62 425</b>	<b>56 007</b>

## 17 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

O detalhe dos investimentos em subsidiárias em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 é apresentado como segue:

Descrição	Valorização	Quantidade ações	Participação	Em CVE
				Valor 31-12-2019
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	Custo	4 000	50,00%	20 000 000
GRUPO IMPAR	Custo	5 000	100,00%	5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	Equivalência patrimonial	780 800	86,76%	2 156 780 845
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	Equivalência patrimonial	100 000	100,00%	2 500 000
<b>Total - Investimentos em subsidiárias</b>				<b>2 184 280 845</b>

Descrição	Valorização	Quantidade ações	Participação	Valor
				31-12-2018
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	Custo	4 000	50,00%	20 000 000
GRUPO IMPAR	Custo	5 000	100,00%	5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	Equivalência patrimonial	394 876	43,88%	957 325 850
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	Equivalência patrimonial	100 000	100,00%	957 626 472
<b>Total - Investimentos em subsidiárias</b>				<b>1 939 952 322</b>

A SEPI após a venda das acções que detinha no BCN, o seu Capital Social ficou reduzida ao montante de 2.500 contos.

A participação directa no BCN ficou concluída em 2019 tendo sido actualizada a participação conforme valor dos Capitais Próprios do BCN a 31 de Dezembro de 2019.

A movimentação da valorização dos investimentos em subsidiárias nos exercícios de 2019 e 2018 é apresentada como segue:

Em CVE									
Descrição	31/12/2018	Aquisição	Suprimentos	Alienação	Menos valias alienações	Ajustamentos	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados	Método equivalência patrimonial - impacto em outras reservas	31/12/2019
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	20 000 000								20 000 000
GRUPO IMPAR	5 000 000								5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	957 325 850	426 800 854		- 12 894 905		521 716 933	267 891 305	-4 059 192	2 156 780 845
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	957 626 472			-422 630 411		-521 716 933		-10 779 128	2 500 000
<b>Total - Investimentos e Subsidiárias</b>	<b>1 939 952 322</b>	<b>426 800 854</b>	<b>0</b>	<b>-435 525 316</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>267 891 305</b>	<b>-14 838 320</b>	<b>2 184 280 845</b>

Descrição	31/12/2017	Aquisição	Suprimentos	Alienação	Menos valias alienações	Goodwill negativo aquisições	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados	Método equivalência patrimonial - impacto em outras reservas	31/12/2018
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	20 000 000								20 000 000
GRUPO IMPAR		5 000 000							5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	994 078 511			-149 515 164			83 325 835	29 436 668	957 325 850
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	704 083 118	101 586 283				54 220 867	68 290 292	29 445 912	957 626 472
<b>Total - Investimentos e Subsidiárias</b>	<b>1 718 161 629</b>	<b>106 586 283</b>	<b>0</b>	<b>-149 515 164</b>	<b>0</b>	<b>54 220 867</b>	<b>151 616 127</b>	<b>58 882 580</b>	<b>1 939 952 322</b>

A rubrica Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial no exercício de 2019 pelo aumento na parte proporcional do resultado positivo do BCN e na redução dos capitais próprios da SEPI ao valor do seu Capital Social.

A SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A. após a alienação das acções do BCN não desenvolveu nenhuma actividade.

A IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l. iniciou a sua actividade em 2019, nomeadamente com a aquisição e exploração do imóvel sito na Rua de Lisboa no Mindelo e prestação de serviços na área das avaliações de Imóveis e Fiscalização de Obras.

O GRUPO ÍMPAR é uma empresa ainda sem actividade.

Na tabela abaixo apresentamos informação financeira do BCN, como segue:

	31-12-2019		31-12-2018	
	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio	Resultado líquido
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	2 486 042	308 788	2 181 933	207 193

## 18 – Activos disponíveis para venda

						Unid: ECV
Descrição	Valorização	QTD	P.U Aquis.	Valor em 31Dez2019	Valor em 31Dez2018	
ENACOL, S.a.r.l.	Justo Valor - cotação bolsista	1,500	3,826	5,739,000	3,465,000	
CVTELECOM, S.a.r.l.	Custo	1,500	4,800	7,200,000	7,200,000	
SITA - Sociedade Industrial de Tintas, SA	Custo	23,822	2,162	51,513,643	51,513,643	
<b>Total Activos disponíveis para venda</b>				<b>64,452,643</b>	<b>62,178,643</b>	

Em 2019 apenas se registou a valorização por justo valor da nossa participação na ENACOL no montante de 2.274 contos.

## 19 – Empréstimos e contas a receber

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento nesta rubrica.

## 20 – Investimentos a deter até à maturidade

As Obrigações detalham-se como se segue:

Unid: CVE

Descrição	Saldo 31Dez19	Qtd	Tx Juro	Maturidade
Obrigações TACV	46 153 846	46 154	6%	out/31
Obrigações Tesouro	120 000 000	120 000	4,75%	abr/20
Obrigações Tesouro	50 000 000	50 000	3,75%	nov/20
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3,50%	jun/20
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3,00%	dez/20
	<b>356 153 846</b>			

Descrição	Saldo 31Dez18	Qtd	Tx Juro	Maturidade
Obrigações Inpharma	2 514 839	2 515	7%	dez/19
Obrigações TACV	50 000 000	50 000	6%	out/31
Obrigações Tesouro	120 000 000	120 000	4,75%	abr/19
Obrigações Tesouro	50 000 000	50 000	3,75%	nov/19
	<b>222 514 839</b>			

Em 31 de Dezembro de 2019 as Obrigações totalizam o montante de 356.154 contos, sendo que deste montante 310.000 Contos respeitam a Obrigações do Tesouro, com vencimento no ano 2020.

Em 2019 as obrigações Inpharma venceram-se e procedemos a aplicação de mais 140.000 contos em Obrigações do Tesouro.

## 21 – Terrenos e edifícios

Nos exercícios de 2019 e 2018, as rubricas Terrenos e Edifícios da Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	2019						
	Saldos em 31.12.2018		Alienações	Amortizações do exercício	Transferências	Saldos em 31.12.2019	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor bruto	Valor Líquido
Terrenos e Edifícios:							
De Uso Próprio	284 095	62 776	-	9 881	-	284 095	211 438
De Rendimento	340 885	-	-	-	-	340 885	340 885
<b>Total</b>	<b>624 980</b>	<b>62 776</b>	<b>-</b>	<b>9 881</b>	<b>-</b>	<b>624 980</b>	<b>552 323</b>

Mantivemos a mesma alocação e classificação nos terrenos e edifícios de uso próprio, não tendo registado adições comparativamente ao exercício 2018.

Descrição	2018						
	Saldos em 31.12.2017		Reavaliações	Amortizações do exercício	Adições	Saldos em 31.12.2018	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor bruto	Valor Líquido
Terrenos e Edifícios:							
De Uso Próprio	268 222 440	52 895 281	-	9 881 165	15 872 830	284 095 270	221 318 824
De Rendimento	295 293 058	-	71 465 591	-	-	340 885 819	340 885 819
<b>Total</b>	<b>563 515 498</b>	<b>52 895 281</b>	<b>71 465 591</b>	<b>9 881 165</b>	<b>15 872 830</b>	<b>624 981 089</b>	<b>562 204 643</b>

## Terrenos e edifícios de Uso Próprio

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os terrenos e edifícios de serviço próprio detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Localização	2019			2018		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Apartamento em Ribeira Grande - Stº Antão	9 180	734	8 446	9 180	367	8 813
Escritório da Assomada - Stª Catarina	10 621	3 823	6 798	10 621	3 399	7 222
Escritório em Stª Maria - Sal	8 421	3 031	5 390	8 421	2 695	5 726
Apartamento na Achada Stº António - Edifício Europa	7 750	2 790	4 960	7 750	2 480	5 270
Escritório na Achada Stº António - Praia	23 772	5 263	18 509	23 772	4 312	19 460
Edifício do Escritório Sede Administrativa - Praia	106 175	27 874	78 301	106 175	23 627	82 548
Escritório nos Espargos - Sal	24 585	9 451	15 134	24 585	8 468	16 117
Edifício Sede Social - Mindelo	49 831	19 153	30 678	49 831	17 159	32 672
Apartamento em Monte Sossego - Mindelo	6 693	535	6 158	6 693	268	6 425
Terreno Sede Administrativa - Praia	9 047	-	9 047	9 047	-	9 047
Terreno do Escritório Espargos - Sal	8 000	-	8 000	8 000	-	8 000
Terreno Sede Social - Mindelo	18 830	-	18 830	18 830	-	18 830
Terreno do Porto Novo - Stº Antão	1 189	-	1 189	1 189	-	1 189
<b>Total</b>	<b>284 094</b>	<b>72 654</b>	<b>211 440</b>	<b>284 094</b>	<b>62 775</b>	<b>221 319</b>

Os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao custo de aquisição, sendo amortizados ao longo da respectiva vida útil.

## Terrenos e edifícios de Rendimento

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os terrenos e edifícios de rendimento detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Localização	Ano da última avaliação	Custo de aquisição	Valor de Balanço	
			2019	2018
			Valor bruto	Valor bruto
Armazém na Achada Grande Frente (Ex-OMT) - Praia	2019	60,000	59,280	59,280
Edifício em Alto Morabeza (Ex-Confecções Porto Grande) - Mindelo	2019	82,614	142,000	142,000
Edifício em Chã Alecrim (Ex-Edilter) - Mindelo	2019	14,659	13,714	13,714
Edifício da Farmácia Africana - Praia	2019	23,000	25,740	25,740
Armazém na Achada Grande Frente (Ex-COMAT) - Praia	2019	25,977	31,920	31,920
Apartamento em Terra Branca - Praia	2019	3,634	3,914	3,914
Terreno nos Espargos - Sal		587	587	587
Terreno na Boavista		770	770	770
Terreno em Palha Sé - Praia	2019	58,176	62,960	62,960
<b>Total</b>		<b>269,417</b>	<b>340,885</b>	<b>340,885</b>

Os imóveis de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor, determinado com recurso a avaliações, realizadas por avaliadores especializados para o efeito.

## 22 – Outros activos tangíveis, inventários e outros elementos do activo

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	2019	2018
<b>Imobilizado tangível</b>		
Valor bruto	198 442	193 950
Depreciação acumulada	-176 819	-169 899
	<b>21 623</b>	<b>24 051</b>
<b>Inventários</b>	1 123	2 623

Os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2019 foram os seguintes:



<b>Activos fixos tangíveis</b>	<b>2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Alienações/ Abates/ Anulações</b>	<b>2019</b>
Equipamento Administrativo	47 185	206	1 076	46 315
Máquinas e Ferramentas	7 251	-	-	7 251
Equipamento Informático	59 290	2 228	180	61 338
Instalações Interiores	4 018	-	-	4 018
Material de Transporte	70 912	5 206	900	75 218
Outro Equipamento	3 703	57	-	3 760
Património Artístico	1 591	-	1 050	541
<b>Sub-total 1</b>	<b>193 950</b>	<b>7 697</b>	<b>3 206</b>	<b>198 441</b>

<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>2018</b>	<b>Depreciações/ Amortizações</b>	<b>Alienações/ Abates/ Anulações</b>	<b>2019</b>
Equipamento Administrativo	42 806	1 369	1 076	43 099
Máquinas e Ferramentas	6 755	124	-	6 879
Equipamento Informático	57 711	1 367	180	58 898
Instalações Interiores	3 778	70	-	3 848
Material de Transporte	54 638	5 831	-	60 469
Património Artístico	1 591	-	1 050	541
Outro Equipamento	2 619	465	-	3 084
<b>Sub-total 2</b>	<b>169 898</b>	<b>9 226</b>	<b>2 306</b>	<b>176 818</b>

<b>Total</b>	<b>24 052</b>	<b>( 1 529)</b>	<b>900</b>	<b>21 623</b>
--------------	---------------	-----------------	------------	---------------

<b>Outros Elementos do activo</b>	<b>2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Alienações/ Abates</b>	<b>2019</b>
Investimentos Financeiros:				
Projecto Leasing	9 274	-	-	9 274
Projecto Emprofac	535	1 605	-	2 140
<b>Total</b>	<b>9 809</b>	<b>1 605</b>	<b>-</b>	<b>11 414</b>

As aquisições do ano nos activos fixos tangíveis respeitam essencialmente:

- Equipamentos informáticos, referente a aquisição de computadores e impressoras
- Transporte, aquisição de duas viaturas, sendo uma para o Administrador Delegado e outra para o Chefe Escritório do Sal;

Quanto aos outros elementos do activos:

No que tange ao projecto de Leasing, dada a aquisição do BCN, a estratégia alterou-se no sentido de implementação desta vertente de negócio dentro das actividades do Banco.

Os Inventários dizem respeito fundamentalmente aos salvados, sendo que a redução verificada em 2019 corresponde a alienação de duas viaturas.

Os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2018 foram os seguintes:

Activos fixos tangíveis	2017	Adições	Alienações/ Abates/ Anulações	2018
Equipamento Administrativo	47 138 089	46 665	-	47 184 754
Máquinas e Ferramentas	7 251 271	-	-	7 251 271
Equipamento Informático	57 817 600	1 472 079	-	59 289 679
Instalações Interiores	4 018 464	-	-	4 018 464
Material de Transporte	69 595 195	2 500 000	1 183 202	70 911 993
Outro Equipamento	3 656 237	46 400	-	3 702 637
Património Artístico	1 591 170	-	-	1 591 170
	<b>191 068 026</b>	<b>4 065 144</b>	<b>1 183 202</b>	<b>193 949 968</b>

Depreciações Acumuladas	2017	Depreciações/ Amortizações	Alienações/ Abates/ Anulações	2018
Equipamento Administrativo	41 348 538	1 457 912	-	42 806 450
Máquinas e Ferramentas	6 630 458	124 162	-	6 754 620
Equipamento Informático	55 904 399	1 806 358	-	57 710 757
Instalações Interiores	3 674 469	103 615	-	3 778 084
Material de Transporte	50 014 050	5 216 130	591 600	54 638 580
Património Artístico	1 591 169	-	-	1 591 169
Outro Equipamento	2 166 335	453 477	-	2 619 812
	<b>161 329 418</b>	<b>9 161 654</b>	<b>591 600</b>	<b>169 899 472</b>

<b>Total</b>	<b>29 738 608</b>	<b>(5 096 510)</b>	<b>591 602</b>	<b>24 050 496</b>
--------------	-------------------	--------------------	----------------	-------------------

Outros elementos do activo	2017	Adições	Alienações/ Abates	2018
Investimentos Financeiros:	3 429 624			
Projecto Leasing	9 273 750	-		9 273 750
Projecto Emprofac	0	535 000		535 000
<b>Total</b>	<b>12 703 374</b>	<b>535 000</b>	<b>-</b>	<b>9 808 750</b>

## 23 – Outros activos intangíveis

	2019	2018
<b>Imobilizado intangível</b>		
Valor bruto	18 690	18 690
Depreciação acumulada	-17 839	-16 988
	<b>851</b>	<b>1 702</b>

Encontram-se registados nesta rubrica as despesas de desenvolvimento e aquisição de aplicações informáticas relacionadas com o software utilizado na Companhia.

Em 31 dezembro de 2019 esta rubrica tem um valor bruto de 18.690 contos faltando amortizar 851 mil escudos.

## 24 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro cedido

As provisões técnicas de seguro direto, líquidas de resseguro cedido decompõem-se como se segue em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Ramo / Grupo Ramos	2019			2018		
	Directo	Resseguro	Liquido	Directo	Resseguro	Liquido
Provisão prémios não adquiridos	372,677	195,103	177,574	290,551	136,266	154,285
Provisões seguros e operações ramo vida	112,196	0	112,196	99,077	0	99,077
Provisão para sinistros	965,330	299,496	665,834	881,973	256,964	625,009
Provisão participação resultados	1,019	0	1,019	775	0	775
<b>Total</b>	<b>1,451,222</b>	<b>494,599</b>	<b>956,623</b>	<b>1,272,375</b>	<b>393,230</b>	<b>879,146</b>

## 24.1 – Provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro cedido

Ramos / Grupo ramos	2019						
	Seguro Directo			Resseguro Cedido			Líquida
	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	
Vida	30 911	3 659	27 252	24 275	3 565	20 710	6 543
Acidentes e doença	30 502	2 887	27 614	12 881	1 460	11 420	16 194
Incêndio e outros danos	93 790	10 908	82 882	79 744	14 408	65 336	17 546
Automóvel	125 811	10 653	115 158	0	0	0	115 158
Marítimo, aéreo e transportes	85 106	3 218	81 888	75 296	2 181	73 116	8 773
Responsabilidade civil geral	32 960	4 030	28 930	29 904	5 383	24 522	4 408
Crédito e caução	10 286	1 334	8 952	0	0	0	8 952
<b>Total</b>	<b>409 366</b>	<b>36 689</b>	<b>372 677</b>	<b>222 100</b>	<b>26 997</b>	<b>195 103</b>	<b>177 575</b>

Ramos / Grupo ramos	2018						
	Seguro Directo			Resseguro Cedido			Líquida
	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	
Vida	25 359	3 515	21 844	19 315	3 188	16 127	5 717
Acidentes e doença	25 201	2 660	22 541	11 687	2 478	9 209	13 332
Incêndio e outros danos	85 871	9 806	76 066	71 347	13 199	58 148	17 918
Automóvel	118 727	10 646	108 081	0	0	0	108 081
Marítimo, aéreo e transportes	31 272	3 084	28 188	29 222	2 821	26 401	1 786
Responsabilidade civil geral	31 058	3 299	27 760	29 792	3 411	26 381	1 379
Crédito e caução	7 405	1 333	6 072	0	0	0	6 072
<b>Total</b>	<b>324 893</b>	<b>34 343</b>	<b>290 551</b>	<b>161 362</b>	<b>25 096</b>	<b>136 266</b>	<b>154 284</b>

CAD = custos de aquisição diferidos

## 24.2 – Provisão para seguros e operações do ramo vida

Provisões ramo Vida	Saldo Balanço		Variação Ganhos e Perdas	
	2019	2018	2019	2018
Provisão matemática	112 196	99 077	13 119	24 543

## 24.3 – Provisão para sinistros, líquida de resseguro

Desagregação da provisão para sinistros de seguro directo:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos e perdas	
	2019	2018	2019	2018
Vida	10 406	5 297	5 000	93
Total I	<b>10 406</b>	<b>5 297</b>	<b>5 000</b>	<b>93</b>
Acidentes e Doença	77 156	93 112	-16 000	-2 567
Incêndio e outros danos	25 073	22 364	2 712	235
Automóvel	559 054	509 675	50 050	85 669
Marítimo, aéreo e transportes	251 284	222 900	29 046	32 019
Responsabilidade civil geral	36 102	28 574	7 478	8 316
Crédito e caução	6 254	50	6 254	0
Total II	<b>954 924</b>	<b>876 675</b>	<b>79 540</b>	<b>123 671</b>
	<b>965 330</b>	<b>881 973</b>	<b>84 540</b>	<b>123 764</b>

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante de 13.051 contos (2018: 7.385 contos) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR).

Desagregação da provisão para sinistros de resseguro cedido:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos	
	2019	2018	2019	2018
Vida	9 146	4 646	4 500	7
Total I	<b>9 146</b>	<b>4 646</b>	<b>4 500</b>	<b>7</b>
Acidentes e Doença	37 846	44 306	-6 460	6 776
Incêndio e outros danos	18 256	14 359	3 896	-304
Automóvel	140 997	119 583	21 414	53 167
Marítimo, aéreo e transportes	62 003	49 116	12 888	11 681
Responsabilidade civil geral	31 248	24 954	6 294	6 664
Crédito e caução				
Total II	<b>290 350</b>	<b>252 318</b>	<b>38 033</b>	<b>77 985</b>
	<b>299 496</b>	<b>256 964</b>	<b>42 533</b>	<b>77 992</b>

Desagregação da provisão para sinistros líquidos de resseguro:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos	
	2019	2018	2019	2018
Vida	1 260	651	500	86
Total I	<b>1 260</b>	<b>651</b>	<b>500</b>	<b>86</b>
Acidentes e Doença	39 311	48 806	-9 540	-9 344
Incêndio e outros danos	6 818	8 005	-1 184	538
Automóvel	418 057	390 092	28 635	32 502
Marítimo, aéreo e transportes	189 280	173 784	16 158	20 338
Responsabilidade civil geral	4 854	3 620	1 184	1 652
Crédito e caução	6 254	50	6 254	0
Total II	<b>664 574</b>	<b>624 358</b>	<b>41 508</b>	<b>45 687</b>
	<b>665 834</b>	<b>625 009</b>	<b>42 008</b>	<b>45 772</b>

#### 24.4 – Provisão para participação nos resultados

Provisões ramo Vida	Saldo Balanço		Variação Ganhos e Perdas	
	2019	2018	2019	2018
Participação nos resultados	1 019	775	244	3 749

#### 24.5 – Provisão para riscos em curso

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 o apuramento desta provisão foi nulo.

#### 25 – Outros devedores por operações de seguro directo e outras operações

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica tinha a seguinte composição:

	2019	2018
<b>Activo Bruto</b>		
Recibos por cobrar	315 801	224 290
Operações Pendentes de liquidação	-	97 648
Resseguro	9 846	13 811
Tomadores de seguros	5 732	5 708
Reembolsos de sinistros	464	1 647
Outros	19 545	13 181
	<b>351 388</b>	<b>356 285</b>
<b>Ajustamentos</b>		
Recibos por cobrar	( 91 229)	( 101 203)
Créditos de cobrança duvidosa	( 5 341)	( 5 341)
	<b>( 96 570)</b>	<b>( 106 544)</b>
<b>Activo Líquido</b>	<b>254 818</b>	<b>249 741</b>

A rubrica operações pendentes de liquidação, respeitante ao montante de 97.648 contos referentes a venda de participações no BCN, foram regularizadas em 2019 após a aprovação do Banco de Cabo Verde.

Verificou-se uma diminuição do saldo dos ajustamentos para Recibos por cobrar no montante de 9.974 contos, fruto da anulação de recibos considerados incobráveis. De acordo com as políticas definidas pela IMPAR, a imparidade constituída deve ser suficiente para cobrir integralmente todos os recibos à cobrança no final de cada exercício, deduzidos dos recibos entretanto cobrados e de valores a receber de entidades institucionais, essencialmente Estado.

## 26 – Activos e passivos por impostos

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica, apresentava os seguintes saldos:

	2019	2018
Imposto sobre rendimento do exercício	-39,078	-
Entregas por conta e retenções na fonte	45,645	-
<b>Activos por impostos correntes</b>	<b>6 567</b>	<b>-</b>
Imposto sobre rendimento do exercício	-	51,122
Entregas por conta e retenções na fonte	-	-45,221
Imposto de selo	13,098	12,167
Taxas para a Autoridade de Controlo	2,784	1,885
Contribuições para a segurança social	3,053	3,336
Outros	5	1,754
<b>Passivos por impostos correntes</b>	<b>18 940</b>	<b>25 043</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>	<b>17 004</b>	<b>17 004</b>

Os saldos acima correspondem, ao processamento das retenções efectuadas no último mês do exercício, em particular, no processamento de remunerações do pessoal e dos honorários e contribuições da Companhia para a Previdência Social e para entrega ao Estado, bem como imposto selo sobre apólices.

Em 31 de Dezembro de 2019 a estimativa de impostos sobre os rendimentos é de 39.078 contos, sendo que o valor das entregas por conta e das retenções efetuadas por terceiros foi superior a esta, pelo que se verifica um saldo a favor da IMPAR de 5.825 contos.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRPC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, à taxa de 22% e a uma taxa de incêndio de 2% que recai sobre o IRPC apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,4%.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O Imposto sobre o rendimento de Pessoas Colectivas pode ser analisada como segue:



	2019	2018
Resultado antes de imposto custo/ (proveito)	434 397	401 705
Encargo de imposto nominal		
- a 22% (2018: 25%)	95 567	100 426
- Derrama (0,2% s/colecta)	743	982
	96 310	101 408
Encargo de imposto efectivo - Impar Seguros		
Custo/(proveito) por Imposto Corrente	39 078	51 122
Custo/(proveito) por Imposto Diferido		
	39 078	51 122
Taxa efectiva	9,00%	12,73%
Diferença por reconciliar	( 57 232)	( 50 287)
Reconciliação da diferença:		
Gastos não aceites (multas, depreciações)	149	170
Correcções a exercícios anteriores	-	-
Excesso de estimativa de IUR	309	357
Dividendos	( 850)	( 987)
Benefícios fiscais	( 729)	( 844)
Equivalência Patrimonial	( 59 436)	( 51 908)
Outros	2 129	1 891
Tributação autónoma	1 196	1 034
	( 57 232)	( 50 287)

#### Determinação do excesso/insuficiência de imposto:

	2019
Estimativa de imposto 2018	51 122
Deduções (retenções efectuadas por terceiros)	-
Total de pagamentos por conta efectuados em 2018	44 068
Valor a recuperar / (pagar)	( 5 901)
Valor a recuperar (efectivo) / (pagar)	( 5 901)
Excesso/ (Insuficiência) de Imposto	-
	2018
Estimativa de imposto 2017	64 715
Deduções (retenções efectuadas por terceiros)	3 261
Total de pagamentos por conta efectuados em 2017	23 797
Valor a recuperar / (pagar)	( 37 657)
Valor a recuperar (efectivo) / (pagar)	( 38 639)
Excesso/ (Insuficiência) de Imposto	( 982)

## 27 – Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica no Activo inclui, essencialmente: a especialização dos rendimentos (juros) relativos as obrigações.

O valor registado no Passivo corresponde essencialmente a estimativa com subsídio de férias e prémio produtividade a pagar aos trabalhadores.

	2019	2018
<b>Acréscimos de proveitos</b>		
Juros a receber	5 565	4 979
	<b>5 565</b>	<b>4 979</b>
<b>Acréscimos de custos</b>		
Remunerações a liquidar	12 520	12 995
	<b>12 520</b>	<b>12 995</b>

## 28 – Outros credores por operações de seguro directo e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é analisado como se segue:

	2019	2018
Contas a pagar por operações de seguro directo	18,392	13,788
Resseguradores	166,035	50,095
Contas a pagar por outras operações	51,843	143,624
	<b>236,270</b>	<b>207,507</b>

O aumento na rubrica Contas a pagar por operações de Resseguro deve-se essencialmente a contabilização do prémio anual de resseguro cedido para a apólice da TACV que é liquidado em prestações no exercício seguinte.

Nas contas a pagar por outras operações foram regularizados 97.648 contos referentes a venda de participações no BCN.

## 29 – Outras provisões

	2019	2018
<b>Outras Provisões</b>	<b>172 907</b>	<b>172 907</b>

Do montante de outras provisões reconhecido em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, 16.700 contos são decorrentes de um litígio com a Administração Fiscal, correspondendo o valor provisionado à totalidade do valor reclamado.

Adicionalmente, nesta rubrica de outras provisões encontra-se reconhecida, para ambos os períodos em análise, uma provisão para contingências em investimentos (riscos de atividade) no valor de 156.207 contos, na sequência da aquisição de uma participação direta de cerca de 87% no BCN.

## 30 – Capital

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é detido em 20% pela Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda, 20% pela ING – Investimentos e Gestão, Lda, 20% pela Labesfal Farma Cabo Verde, Lda, 10,622% pela OLIGEST – Investimentos, SA, 7,716 por Luís Vasconcelos Lopes, 7% da Aliança e os restantes 14,66% por diversos Accionistas nacionais, estando representado por 400.000.000 acções com o valor nominal de 1.000 cada, integralmente subscritas e realizadas.

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos a quinta parte do seu capital social, reserva que não é distribuível, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. As Reservas Legais da IMPAR atingiram o seu limite máximo, pelo que não há a necessidade de as constituir.

Na Assembleia Geral da Companhia, realizada em 29 de Março de 2019, foi deliberado que do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, de mECV 350.583, o montante de 250.583 fosse alocado, em 2019, às reservas livres da Companhia e mECV 100.000 fossem distribuídos a título de dividendos.

### 31 – Reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

	2019	2018
<b>Reservas</b>		
. Reserva Legal	80 000	80 000
. Prémios de Emissão	7 513	7 513
. Reservas Livres	636 323	385 740
. Outras Reservas	44 044	58 882
	<b>767 880</b>	<b>532 135</b>
<b>Reservas de Reavaliação</b>		
Por Ajustamentos no Justo Valor:		
. De Activos Financeiros Disponíveis para Venda	15	15
. De Investimentos em Subsidiárias	0	0
	<b>15</b>	<b>15</b>
<b>Resultados Transitados</b>		
. Investimentos Financeiros	456 670	456 670
. Outros Investimentos	54 462	54 462
. De Revalorização de Terrenos e Edifícios Uso Próprio	27 297	27 297
	<b>538 429</b>	<b>538 429</b>

### 32 – Resultado por acção

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o apuramento dos resultados por acção básicos é apresentado como segue:

	2019	2018
Resultado Líquido do Exercício	395 319	350 583
Nº Acções	400 000	400 000
<b>Resultado por Acção</b>	<b>0,988</b>	<b>0,876</b>

### 33 – Dividendo por acção

Os dividendos distribuídos em 2019 e 2018, relativos aos exercícios de 2018 e 2017, respectivamente, tiveram a seguinte composição:



	2019	2018
Resultado Líquido atribuído	100,000	100,000
Nº Acções	400,000	400,000
Dividendos por Acção	0.25	0.25

### 34 – Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as empresas subsidiárias e associadas da IMPAR bem como os membros dos Órgãos Sociais.

Relativamente aos Órgãos Sociais para além das remunerações reguladas pela Comissão de Remunerações, apenas se registam operações de seguro decorrentes da actividade seguradora normal e para os elementos que são em simultâneo accionistas o pagamento de dividendos.

No respeitante à subsidiária BCN a IMPAR desenvolve relações comerciais, nomeadamente o recebimento de prémios e pagamento de sinistros de operações de seguro directo, assim como pagamento de comissões em resultado dos negócios angariados pela subsidiária (bancassurance).

2019							
Designação Contas	SCVL	OLIGEST	LVL	JVC	ING	Aliança	La besfal Farma
<b>Contas Ativo</b>							
Contas a receber por operações de seguro directo	1 404						2 520
Contas a receber por outras operações							
	<u>1 404</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 520</u>
<b>Contas Passivo</b>							
Contas a pagar por operações de seguro directo	4 426						
Contas a pagar por outras operações	20 000	10 623	7 191	-	20 000	7 000	20 000
Dividendos							
	<u>24 426</u>	<u>10 623</u>	<u>7 191</u>	<u>-</u>	<u>20 000</u>	<u>7 000</u>	<u>20 000</u>
2018							
Designação Contas	SCVL	OLIGEST	Luís Vasconcelos	JVC	ING	Aliança	La besfal Farma
<b>Contas Ativo</b>							
Contas a receber por operações de seguro directo	2 633		9 867			126	273
Contas a receber por outras operações							
	<u>2 633</u>	<u>-</u>	<u>9 867</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>126</u>	<u>273</u>
<b>Contas Passivo</b>							
Contas a pagar por operações de seguro directo	351						
Contas a pagar por outras operações	20 000	10 623	7 191	-	20 000	7 000	20 000
Dividendos							
	<u>20 351</u>	<u>10 623</u>	<u>7 191</u>	<u>-</u>	<u>20 000</u>	<u>7 000</u>	<u>20 000</u>
<b>Proveitos</b>							
Rendimentos		100	17				328
	<u>-</u>	<u>100</u>	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>328</u>

### 35 – Afectação dos Investimentos e Outros Activos

De acordo com as disposições legais, a IMPAR é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites legalmente estabelecidos pelo BCV.

Os activos afectos e não afectos às carteiras que a Companhia explora são como se segue:

INVESTIMENTOS	2019	%	2018	%
<b>Investimentos Afectos às Provisões Técnicas do Ramo Vida</b>				
Obrigações Tesouro	120 000	48%	30 000	18%
Obrigações	-	0%	2 515	2%
Terrenos	62 960	25%	62 960	39%
Edifícios	9 180	4%	9 180	6%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	58 714	23%	58 714	36%
	<b>250 854</b>	<b>8%</b>	<b>163 369</b>	<b>6%</b>
<b>Investimentos Afectos às Provisões Técnicas do Ramo Não Vida</b>				
Obrigações Tesouro	236 154	9%	190 000	8%
Terrenos	18 236	1%	18 236	1%
Edifícios	315 893	11%	315 893	13%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	2 190 020	79%	1 943 417	79%
	<b>2 760 303</b>	<b>85%</b>	<b>2 467 546</b>	<b>87%</b>
<b>Investimentos não afectos</b>				
Terrenos	20 188	9%	20 188	9%
Edifícios	198 524	91%	198 524	91%
Depósitos a Prazo	-	0%	-	0%
Obrigações	15 000	7%	15 000	7%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	22 047	10%	22 047	10%
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda_Obrigações e Acções (-)	(37 047)	-17%	(37 047)	-17%
	<b>218 712</b>	<b>7%</b>	<b>218 712</b>	<b>8%</b>
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>3 229 869</b>	<b>100%</b>	<b>2 849 627</b>	<b>100%</b>

## 36 – Natureza e extensão das Rúbricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Activos de Resseguro

### Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos. Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração. A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente. As políticas de investimento adoptadas pela IMPAR, devidamente formalizadas, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Em 2019 a política de investimento, foi da responsabilidade directa do Conselho de Administração, que definiu a política de risco para os investimentos.

## Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio, essencialmente face ao dólar dos Estados Unidos da América (USD), relativa aos contratos com os resseguradores. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de activos em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade, por força do supra mencionado, resulta numa perda imaterial para a Companhia.

A Impar, nos poucos negócios celebrados em USD, mitigou o risco cambial nos seus negócios mediante a cobrança ao cliente do câmbio efectivo na data da transferência, ou seja, o risco cambial é totalmente transferido para o Cliente.

## Risco de acções

O risco de acções incide sobre toda a carteira de investimentos financeiros em acções.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia e as participações da Companhia em outras empresas.

O custo da acção da ENACOL, cotada na bolsa, variou comparativamente ao exercício precedente de 2.310 para 3.826, tendo sido o impacto da valorização ao justo valor no montante de 2.274 contos.

Os Investimentos da Companhia no BCN geraram valorização com impacto positivo nos resultados no montante de 270.165 contos.

## Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. Os imóveis de rendimento que são propriedade da Companhia representam 53% dos activos expostos a este risco. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Imóveis - Descida de 10% no valor dos imóveis: teria o impacto de mECV 27.657



### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos activos encontra-se sobretudo nas obrigações, maioritariamente de taxa variável. Os passivos estão expostos através das pensões.

O cenário de descida de taxas é o único que poderá implicar perda de valor para a Companhia.

### Risco de *spread*

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*, existindo também em crédito estruturado. Não existe na IMPAR qualquer exposição a derivados de crédito.

### Natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;

- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A Ímpar pratica uma política de resseguro cedido com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes

Área de análise	Cenários	Impacto resultados antes impostos	
		2019	2018
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	13 767	12 205
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração líquidos de resseguro	21 790	11 716
Rendimentos	Redução de 1% nas taxas de remuneração dos depósitos e obrigações	118	143

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

### Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

Construção 20% - Imóveis e IMOPAR

Transportes 1,43% - Obrigações TACV

Energia 0,18% - Acções Enacol

Financeiro 67% - Acções BCN, SEPI e SGPS

Industrial 2% - Obrigações Inpharma e Acções Sita

Tecnologia 0,22% - Acções na CV Telecom

Obrigações – 10%

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em Subsidiárias, Activos Financeiros disponíveis para venda, Obrigações e Imóveis (Terrenos e Edifícios).

### Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. No âmbito da gestão de risco, são definidos procedimentos para mitigação deste risco, elaborando para tal a Companhia um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

### Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de spread. Como procedimento, é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na selecção dos resseguradores e nos emitentes de valores mobiliários foram definidos níveis mínimos de rating, e existe um acompanhamento regular da sua evolução.

### Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Actividades ilícitas efectuadas por terceiros (fraude externa);

- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos activos físicos;
- Interrupção da actividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na IMPAR face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Segurança no acesso às instalações;
- Segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Política de gestão de recursos humanos;
- Programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem directamente com os clientes;
- Plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respectivo plano;
- Plano de continuidade de negócio, que permitam a recuperação das actividades e funções de negócio críticas.

Adicionalmente, também integrado no risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de acções de supervisão, assim como outro tipo de compensações. Como principais medidas implementadas para mitigação do risco legal, destacamos as seguintes:

- Políticas de prevenção da fraude, recursos humanos, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Procedimentos formais para monitorização do cumprimento dos diversos prazos legais a que a IMPAR se encontra sujeita.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas no processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes.

Neste sentido, das principais medidas que a IMPAR implementou para fazer face ao risco reputacional, destacam-se:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos no âmbito da gestão de reclamações;

#### Sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

A estrutura organizativa que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direções Operacionais, as quais assumem a função de áreas responsáveis;
- Um segundo nível representado pelo Gabinete de Controlo Interno e a Auditoria Externa, ao qual cabe uma função de auditoria independente no âmbito da gestão

de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos;

- Um terceiro nível representado pelo Conselho de Administração.

O Sistema de Controlo Interno na IMPAR encontra-se devidamente formalizado, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos e seus responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição;
- Controlos e sua avaliação;
- Recomendações.

### Adequação dos prémios e das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

### Rácios de actividade

Os principais rácios de actividade, brutos de resseguro, são como segue:

	2019	2018
Rácio de Sinistralidade	32,3%	34,3%
Rácio de Despesa	19,5%	17,9%
Rácio Combinado	<b>51,7%</b>	<b>52,2%</b>
Rácio Financeiro	0,9%	1,3%
Rácio Operacional	<b>50,9%</b>	<b>51,0%</b>

## Resseguradores

A Companhia dilui o risco contratado através de negócios de Resseguro Cedido com a seguinte composição:

Ramo / Grupo Ramos	Tip de Resseguro
Vida	Quota parte
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes pessoais e doença	SURPLUS
Incêndio e outros danos	SURPLUS
Riscos catastróficos	Excesso de perdas (XL)
Marítimo Casco	Quota parte / SURPLUS
Merchandises transportadas	Quota parte / SURPLUS
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Aviação	Facultativo
Responsabilidade civil geral	Quota parte
Crédito e caução	Não temos

## 37 – Solvência

A IMPAR monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes em mECV:

	2019	2018
Elementos constitutivos do fundo de garantia	1 956 748	1 660 578
Margem de solvência a constituir	342 041	285 050
Resultado na óptica dos prémios	315 966	259 619
Resultado na óptica dos sinistros	115 263	85 031
Fundo de garantia mínimo legal (Vida e Não Vida)	37 500	37 500
Excesso/insuficiência da margem de solvência	1 614 706	1 375 527
Taxa de cobertura da margem de solvência	572%	583%

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os rácios de cobertura da Margem de Solvência correspondentes a 572% e 583%, situam-se acima dos requisitos exigidos pela lei, reflectindo uma situação financeira estável.

## 38 – Compromissos

Com a não oposição por parte do BCV à transação da venda das acções do BCN aos ex accionistas da SEPI, demos por concluído este processo.

À data deste relatório não existem compromissos significativos.



### 39 - Eventos subsequentes

Até à data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

O ano de 2020 será globalmente impactado pela pandemia do novo coronavírus, Covid-19, que tem paralisado a economia internacional desde início de março de 2020. É expectável que o Covid-19 tenha impacto na atividade futura da Companhia, nomeadamente por via de um eventual abrandamento económico, não colocando, contudo, em causa a continuidade das operações.

### 40 – Outras informações

#### IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2019:

##### 1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019:

- a) **IFRS 16** (nova), ‘Locações’. Esta nova norma substitui a IAS 17 – ‘Locações’, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. Esta norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- b) **IFRS 9** (alteração), ‘Elementos de pré-pagamento com compensação negativa’. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- c) **IAS 19** (alteração), ‘Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos’. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do “asset ceiling”. O impacto no “asset ceiling” é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- d) **IAS 28** (alteração), ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9 – ‘Instrumentos financeiros’. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjunto, quando existam indicadores de imparidade. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- e) **Melhorias às normas 2015 – 2017**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Estas alterações não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- f) **IFRIC 23** (nova), ‘Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento’. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – ‘Imposto sobre o rendimento’, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – ‘Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes’, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Esta interpretação não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

**2. Alterações às normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, que a União Europeia já endossou:**

- a) **IAS 1 e IAS 8** (alteração), ‘Definição de material’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de “principais utilizadores das demonstrações financeiras”, sendo estes definidos como ‘atuais e futuros investidores, financiadores e credores’ que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. As referidas alterações terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- b) **Estrutura conceitual**, ‘Alterações na referência a outras IFRS’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das

características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis. As referidas alterações terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

**3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, mas que a União Europeia ainda não endossou:**

- a) **IFRS 3** (alteração), 'Definição de negócio' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio. A adoção futura desta norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- b) **IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7** (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados. A adoção futura desta norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- c) **IFRS 17** (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.



## 04 – PARECER DO ATUÁRIO

## PARECER ATUARIAL

Para se emitir o parecer atuarial sobre a constituição das provisões técnicas da Seguradora IMPAR no período vigente de 01/01/2019 à 31/12/2019, tivemos de analisar se todas as constituições encontram-se em conformidade com o previsto e aprovado pelo Banco de Cabo Verde, nomeadamente o Parecer nº 110/78 de 31 de Dezembro, o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, assim foram avaliadas as provisões para os ramos “VIDA” e “NÃO VIDA”:

### PROVISÕES PARA O RAMO VIDA

As provisões matemáticas, que foram constituídas para o ramo vida estão de acordo com o disposto no Aviso nº 05/2010 e no Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

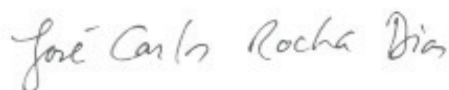
Essas provisões foram constituídas em conformidade com as bases de cálculo estabelecidas no referido Aviso e Decreto-Legislativo e são de uma forma geral suficiente para cobrir as provisões de sinistro.

### PROVISÕES PARA O RAMO NÃO-VIDA

As provisões técnicas constituídas para este ramo, foram calculadas respeitando as bases técnicas previstas na lei e ainda em vigor a saber: o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

De um modo geral as provisões técnicas e matemáticas constituídas são suficientes para cobrir os sinistros, o que se confirma comparativamente quando se observa os cálculos e comportamento nos anos anteriores.

Praia, 03 de Março de 2020



- / José Carlos Rocha Dias / -

- Atuário -

## 05 – RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

1 – Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

2 – No decurso do exercício acompanhamos, com periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a actividade da Empresa. Verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação e procedemos às inspeções que consideramos actos do Conselho de Administração, o qual, no melhor espírito de colaboração, nos apresentou sempre as provas e os esclarecimentos solicitados.

3 – No âmbito das nossas funções verificamos que:

- i) as Demonstrações Financeiras e os correspondentes Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

4 – Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas e com base no relatório de auditoria elaborado pelo Auditor Independente, a PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda, que não inclui reservas e inclui uma ênfase, relativo a “não preparação de demonstrações financeiras consolidadas” somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

S.Vicente, 26 de Março de 2020

O Fiscal Único

António Pedro Gomes Silva



## 06 – RELATÓRIO DE AUDITORIA





## **Relatório do Auditor Independente**

### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL (“Companhia”), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2019, a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor segurador.

### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISAs”). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes da Companhia de acordo com os requisitos do Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (“IESBA”) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no Código de Ética do IESBA.

### **Ênfases**

- (i) Conforme descrito na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras, a Companhia não prepara demonstrações financeiras consolidadas, em virtude de considerar não existir legislação específica em Cabo Verde, que obrigue a tal. Também como divulgado na referida nota, a preparação de demonstrações financeiras consolidadas conduziria a um resultado líquido e a capitais próprios semelhantes àqueles já relevados nas demonstrações financeiras anexas da Companhia, uma vez que a mesma mensura os investimentos detidos em entidades filiais relevantes pelo método da equivalência patrimonial, apropriando-se da respetiva quota parte detida no resultado líquido e capitais próprios das entidades relevantes controladas;
- (ii) Conforme divulgado na nota 39, eventos subsequentes, do anexo às demonstrações financeiras, no respeitante às eventuais implicações do Covid-19 na atividade da Companhia, é convicção do Conselho de Administração que, apesar das incertezas futuras, tal não colocará em causa a continuidade das suas operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

---

**PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.**  
Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde  
Tel: +238 261 5934/5, Fax: +238 261 6028, [www.pwc.com/cv/pt/](http://www.pwc.com/cv/pt/)  
Matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia sob o nº 282682902/420191217  
NIF: 282 682 902, Capital Social: CVE 1.500.000  
Inscrita na lista da OPACC sob o nº 6

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

### ***Outra informação – relatório de gestão***

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

### ***Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras***

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor segurador, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Companhia ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Companhia.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que

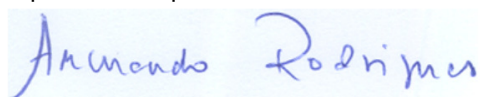
respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

26 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde  
- Sociedade de Auditores Certificados, Lda.  
representada por:



Armando José Carvalho Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado

WEBSITE  
**[www.impar.cv](http://www.impar.cv)**

LINHA VERDE  
**800 2000**

EMAIL  
**[comercial@impar.cv](mailto:comercial@impar.cv)**